

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS- UO: 25.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH foi instituída pelo Decreto nº 36.832, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 26 de outubro de 2015, Suplemento "B", como órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, tendo atuação e competências nas seguintes áreas:

- I - trabalho, emprego, empreendedorismo e promoção de oportunidades de ocupação e renda para a população do Distrito Federal;
- II - sistema público de emprego;
- III - qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, para os beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis;
- IV - financiamento para pequenos empreendimentos urbanos e rurais;
- V - apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados, em associações e cooperativas;
- VI - ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda;
- VII - acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal.
- VIII - políticas para as mulheres;
- IX - proteção e promoção dos direitos das mulheres;
- X - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas idosas;
- XI - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas com deficiência;
- XII - políticas de promoção da igualdade racial;
- XIII - prevenção e combate do racismo, da homofobia, do sexismo e de outras formas de discriminação;
- XIV - promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- XV - garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos, com particular atenção sobre populações de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, em situação de privação de liberdade e vítimas de tráfico de pessoas.
- XVI - assistência social;
- XVII - transferência de renda;
- XVIII - inclusão social;
- XIX - segurança alimentar e nutricional;
- XX - gestão dos restaurantes comunitários, unidades de acolhimento e demais espaços e equipamentos públicos que lhe são afetos.

Para o cumprimento dessas competências legais e a execução de suas atividades, a SEDESTMIDH tem a seguinte estrutura administrativa:

1. GABINETE – GAB/SEDESTMIDH

1.1 ASSESSORIA ESPECIAL - ASSESP

1.2 ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA - AJL

1.3 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

1.4 ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS - AGEPE

1.5 OUVIDORIA - OUVID

- 1.6 UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI
- 1.7 CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CAS/DF
- 1.8 CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA/DF
- 1.9 CONSELHO DE DIREITOS DA MULHER – CDM/DF
- 1.10 CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO – CDDN/DF
- 1.11 CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS - CDPDDH
- 1.12 CONSELHO DE DIREITOS DO IDOSO – CDI/DF
- 1.13 CONSELHO DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CODDEDE/DF
- 1.14 CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN/DF
- 1.15 UNIDADE GERAL DE ÓRGÃOS COLEGIADOS - UOC
- 1.16 SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – SUAG
- 1.17 ASSESSORIA DE CORREIÇÃO DISCIPLINAR E RESPONSABILIZAÇÃO DE FORNECEDORES
- 1.18 ASSESSORIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
- 1.19 SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO, PARCERIAS E REDES - SUGIP
- 1.20 SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS - SUGIP

2 SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADS

- 2.1 SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SUBSAN
- 2.2 SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUBSAS

3 SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL - SAMIDH

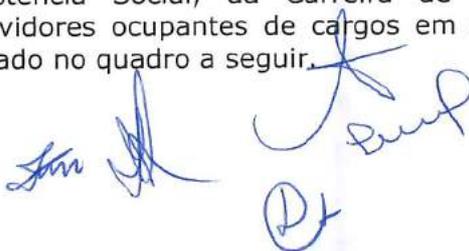
- 3.1 SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SUBPM
- 3.2 SUBSECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL - SIR
- 3.3 SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS - SADH

4 SECRETARIA ADJUNTA DO TRABALHO - SEATRAB

- 4.1 SUBSECRETARIA DE MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO - SME
- 4.2 SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR E EMPREGADOR - SATE
- 4.3 UNIDADE DO OBSERVATÓRIO DO TRABALHO - UOT

Para a elaboração do presente relatório foram considerados dados e informações do exercício de 2017, relativos a todas as unidades orgânicas que integram a Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

No que concerne à força de trabalho, disponível para a execução das ações sob sua responsabilidade, a Secretaria conta com equipe composta por servidores efetivos da Carreira Pública de Assistência Social, da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF, servidores ocupantes de cargos em comissão, requisitados, entre outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'DF' in a circle.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	68
Total Geral	320	211	238	1.030	2.076

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDESTMIDH. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDESTMIDH considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravamento da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi aprovado pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/SEAP, processo desta Secretaria, que trata da realização de

concurso público, para contratação de 300 (trezentos) novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, mas que até a presente data não se realizou.

As ações da Secretaria são efetivadas com recursos alocados em cinco Unidades Gestoras, quais sejam:

- Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH- UO: 25.101;
- Fundo de Assistência ao Idoso – UO 25.905;
- Fundo de Geração de Emprego e Renda – FUNGER – UO 25.902;
- Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF – UO 25904; e
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no DF – UO 25.906.

Os quadros demonstrativos apresentados a seguir, referem-se à execução física e financeira das ações orçamentárias, que compõem o orçamento de 2017, da Unidade Gestora SEDESTMIDH - UO: 25.101.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00
6199 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	100.000,00	14.000,89	14.000,00	14.000,00
0002 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	14.000,89	14.000,00	14.000,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	600.000,00	14.000,89	14.000,00	14.000,00

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1442 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO	0	%	60	37	90	50	100	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Justificativa:									
2016 - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.									
2017 - O índice parcial não foi alcançado face a limitação e a não disponibilidade de recursos financeiros, impactando em termos quantitativos e qualitativos na área de recursos humanos, acrescido pela aposentadoria de servidores, alterações da estrutura orgânica das unidades diretamente envolvidas na ação, além da redução de equipe e movimentação do pessoal alocado no projeto. A especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento.									

Prosseguindo no objetivo da eficiência da gestão, em 2017 houve a continuidade do trabalho de consolidação dos processos de planejamento, desenhos estruturais, mapeamento e diagnóstico para tomada de decisões, tendo como propósito a implantação de

um sistema de informação, monitoramento e avaliação consolidado que reflita a realidade da SEDESTMIDH através da modernização da gestão. Deste modo, destacam-se avanço no desenvolvimento de módulos do sistema integrado de informação, com a evolução da coleta de dados para produzir informações que possam subsidiar a gestão no alcance e benefícios aos usuários da política social do Distrito Federal. Nesse contexto evidenciam-se os seguintes pontos.

Restaurantes Comunitários: Na área da segurança alimentar foi realizada a implantação de módulos informatizados para o acompanhamento, monitoramento e controle dos serviços dos restaurantes comunitários. Dentre os benefícios trazidos estão o acesso aos usuários do Cadastro Único para compra com uma tarifa reduzida no valor de R\$ 1,00, controle em tempo real do quantitativo de refeições servidas por tipo de refeição e tarifa, e ainda o controle e monitoramento na produção de alimentos para evitar a falta ou desperdício. Além disso foi possível a geração de relatórios, tais como: usuários que consumiram tarifa reduzida, refeições servidas por período, pagamento e financeiro, cartões extraviados, entre outros. Do total de 14 (quatorze) restaurantes, 11 (onze) deles já estão com o novo modelo de controle implantado. Essa ação além da transparência, possibilitou o cruzamento dos dados das vendas de tarifa reduzida com o Cadastro Único, gerando um relatório trimestral com informações importantes para subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Atendimentos das ações do Cadastro Único: é o módulo do sistema responsável por registrar as atividades relativas ao Cadastro Único que são executadas na Secretaria. O módulo contempla desde a geração e disponibilização das vagas até as informações do atendimento do cidadão, para agendamento, via telefone 156. O processo de geração de vagas foi totalmente automatizado possibilitando o agendamento, reagendamento e cancelamento do atendimento ao cidadão, bem como a supervisão dos atendimentos realizados, coleta de informações referentes à demanda reprimida da agenda, e até a identificação da pessoa que é público ativo/prioritário para o recadastramento. Toda ação realizada passa a compor o histórico detalhado do cidadão dentro do sistema. As folhas de pagamento dos programas Bolsa Família – PBF e DF Sem Miséria foram integradas de forma facilitar a visualização e atendimento nas unidades da SEDESTMIDH. Como consequência da implantação desse novo módulo, foi possível gerar transparência das informações de modo a subsidiar a tomada de decisões tanto por parte da gestão das unidades quanto de forma macro pela Secretaria.

Cesta Emergencial/Cesta Verde Orgânica: Esse módulo viabiliza a concessão de cestas de alimentos, em caráter provisório e emergencial, para famílias e indivíduos, conforme a avaliação do profissional do especialista das unidades SEDESTMIDH, possibilitando coletar os registros da concessão do benefício e do beneficiário, gerando informações que subsidiam a gestão na tomada de decisões. Desse modo, o princípio da transparência é atendido.

Automatização Parcial das Sinopses de CRAS e CREAS: Esse módulo aprimorou o processo de coleta de dados relativos aos atendimentos e acompanhamentos de usuários e famílias nas unidades da SEDESTMIDH, aumentando a confiabilidade das informações geradas, uma vez que, os servidores deixaram de realizar registros manuais. Os dados gerados no sistema podem contribuir significativamente para a vigilância socioassistencial do DF, bem como auxiliar no preenchimento do Censo SUAS, RMA e demais relatórios/sistemas de acompanhamento de serviços ofertados no âmbito do SUAS no DF.

Benefício Excepcional: O módulo viabiliza a concessão do benefício excepcional que, é um auxílio em razão de desabrigo temporário, de prestação excepcional no âmbito da assistência social e subsidiária à política de habitação, concedido às famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia em virtude de: – Catástrofe, desastre ou calamidade pública; – Situações de risco geológico; – Situações de risco à salubridade; – Desocupação de áreas de interesse ambiental; – Processos de realocação, remoção ou reassentamento; – Risco pessoal e eventos de risco, em casos excepcionais; – Situações de rua.

Com a sistematização da concessão desse benefício, o processo ganha em agilidade, e o usuário recebe o benefício em menor tempo. Além disso, tornou o processo transparente.

Reformulação do Cadastro de Usuários da Assistência Social: No novo modelo de cadastro informatizado foram incluídas variáveis fundamentais para as unidades de média e

alta complexidade da assistência social, como por exemplo registros de vivência ou violação de direitos, indicativos de vulnerabilidade e risco social, pessoas desaparecidas e população de rua, as quais também são importantes para a vigilância socioassistencial. Com o cadastro mais completo, torna-se viável traçar o perfil de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos, a fim de aumentar a eficiência nos atendimentos e acompanhamentos realizados.

Também foram realizadas ações que incidem no monitoramento e avaliação, tais como: publicação da portaria da política de monitoramento e avaliação da SEDESTMIDH, instituição do comitê permanente de gestão da informação, procedimentos para aquisição de TVs com o objetivo de acompanhamento de indicadores por parte dos gestores da SEDESTMIDH; reuniões técnicas e tramitação do processo para realização de acordo de cooperação com a Universidade de Brasília – UNB, da qual permite parceria na produção de estudos e pesquisa a partir dos dados e ações da SEDESTMIDH, participação em parceria com a COPDEPLAN na elaboração do questionário de pesquisa em relação ao público alvo dos restaurantes comunitários, participação na elaboração do Plano Distrital de Segurança Alimentar na perspectiva de subsídio ao planejamento em relação a gestão da informação, assim como em posterior monitoramento com informações para acompanhamento, planejamento e tomada de decisão, e elaboração e apresentação do plano de ação de monitoramento para as unidades de atendimento às políticas das mulheres da SEDESTMIDH;

Verifica-se que em 2017, a SEDESTMIDH desenvolveu suas atividades no programa, pautada pelo compromisso com a qualidade, transparência, eficiência e efetividade, que devem nortear a implementação de atividades no âmbito do serviço público, principalmente em se tratando da gestão de políticas públicas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para a realização deste programa é necessário continuar avançando no processo de construção de um sistema de informação, monitoramento e avaliação consolidado, que constitui requisito para a efetivação de políticas sociais, sintonizadas com as demandas e necessidades da população do Distrito Federal.

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

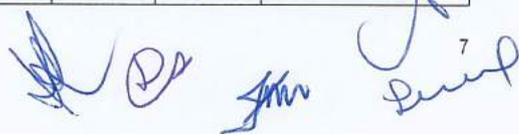
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-COOPERATIVA DE CATADORES-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	2.150.000,00	0,26	0,00	0,00
0001 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,26	0,00	0,00
0003 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E-APOIO AO FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	7.907.100,00	6.210.446,75	5.916.509,43	5.509.189,83
0001 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS-INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	7.707.100,00	6.210.446,75	5.916.509,43	5.509.189,83
0002 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESS-APOIO À FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00

6

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	3.200.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO-AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPR-APOIO AO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO DE INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA / DIGITAL JUNTO A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CAMPUS PARTY BRASÍLIA 201-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	2.188.000,00	379.798,02	379.798,00	189.899,00
7551 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-QUALIFICA DF-DISTRITO FEDERAL	2.188.000,00	379.798,02	379.798,00	189.899,00
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000,00	0,87	0,00	0,00
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF--DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,87	0,00	0,00
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	4.637.620,00	5.784.530,28	2.357.225,00	2.210.612,64
0008 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-TRABALHADOR AUTÔNOMO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-MODERNIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,05	0,00	0,00
0010 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-IMO-DISTRITO FEDERAL	1.537.396,00	2.427.305,23	0,00	0,00
0011 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO-DISTRITO FEDERAL	2.850.224,00	3.357.225,00	2.357.225,00	2.210.612,64
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	20.432.720,00	15.374.776,18	11.653.532,43	10.909.701,47

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1495 - PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	2.844	PESSOA	5.000	11.572	6.500	8.103	8.450	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Justificativa:									
2016 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e a distância - EAD									
2017 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e à distância - EAD.									
1496 - TAXA DE DESEMPREGO	14,2	%	13,5	18,6	13	18,4	12,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Justificativa:									
2016 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada.									
2017 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (População Economicamente Ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada.									
1494 - TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	10.714	PESSOA	9.000	4.283	11.000	4.406	13.000	15.000	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6



Justificativa:

2016 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

2017 - A meta não foi alcançada tem em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

QUINTA CULTURAL

Revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média de R\$ 7.000,00 por cada quinta-feira e o total de receita bruta no período de R\$203.000,00.

Houveram 06(seis) edições entre abril e maio de 2017, com público médio de 500 pessoas por edição, com duração de 11 horas e entrada gratuita, começando às 12:00e encerrando às 23:00 horas. Presença de 10 (dez) FoodTrucks em média por edição e 28 (vinte e oito) pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 12 (doze) atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Em junho de 2017 o evento Quinta Cultural foi passado para a Secretaria de Cultura através de emenda parlamentar aplicada no evento. Que ocorreu até outubro de 2017.

CAMPUS PARTY

A Campus Party é a maior experiência tecnológica do mundo que une jovens geeks em torno de um festival de Inovação, Criatividade, Ciências, Empreendedorismo e Universo Digital.

Como a missão de ajudar a criar espaços para que a energia das novas gerações digitais encontre um lugar para reescrever o código fonte do mundo. Trata-se de um grande evento onde os participantes acampam durante um número determinado de dias para que possam consumir e criar conteúdo 24 horas por dia. São palestras, desafios, hackathons, campeonatos, workshops, etc.

Informações e Resultados da Campus Party 2017:

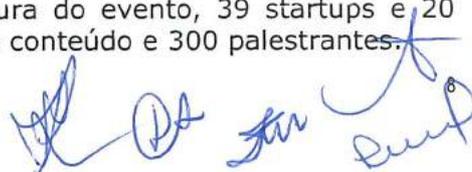
Impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas na Campus Party Brasília 2017.

Por se tratar de um evento que teve como objetivo fomentar a cultura empreendedora e o ecossistema empreendedor de tecnologia do Distrito Federal não é possível mensurar os seus resultados e impactos a curto prazo, mas alguns indicativos são possíveis de serem pontuados.

Primeiramente, há de ressaltar o primeiro investimento feito pelo fundo de Venture Capital Cedro Capital. A Configr, nome da startup do Distrito Federal que recebeu o investimento, teve oportunidade para se aproximar do fundo de investimento ao receber o prêmio de maior destaque do ano no evento Campus Day, realizado em novembro de 2016. Durante a Campus Party Brasília 2017 tanto a startup quanto os investidores se juntaram para anunciar o investimento do tipo "Serie A" (geralmente variam entre 2 a 15 milhões de dólares) e já é visto pelo ecossistema local como um importante marco para o Distrito Federal.

Cerca de 69 mil pessoas circularam e participaram do evento entre os dias 14 e 18 de junho de 2017, de "campuseiros", como são chamados os participantes que adquiriram o ingresso para poder entrar na área chamada "Arena", onde ocorrem atividades, palestras, desafios, hackathons, etc. Foram 5.000 pessoas, em sua maioria jovens entre 18 e 25 anos. Ao todo foram oferecidas mais de 250 horas de conteúdo para esse público e muitas das palestras realizadas estão disponíveis gratuitamente no canal do YouTube da Campus Party Brasil.

Também houveram cerca de 1.500 pessoas envolvidas com a organização do evento, 70 patrocinadores, apoiadores e parceiros de mídia, 39 comunidades de todo o Brasil (empreendedores, grupos representativos da área de tecnologia, jogos, etc.), 300 jornalistas, blogueiros e profissionais de imprensa fazendo a cobertura do evento, 39 startups e 20 projetos acadêmicos em exposição e mais de 250 horas de conteúdo e 300 palestrantes.



Com o objetivo de aumentar o impacto social em torno do evento a Secretaria também deu uma grande atenção para os estudantes do Distrito Federal, em especial os menos favorecidos, ao todo cerca de 870 ingressos de "campuseiro" foram distribuídos na forma de sorteio em diversas instituições de ensino do Distrito Federal. Também foram realizadas diversas visitas guiadas com jovens do sistema socioeducativo com o objetivo de gerar aproximação com o mercado e com as possibilidades que a tecnologia nos traz.

PROJETO "SABER COOPERATIVO"

O circuito de palestras "Saber Cooperativo" é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO DF – CEPES

PORTARIA Nº 155, DE 21 DE JUNHO DE 2017 Publicação: DODF Nº146, terça feira, 01 de agosto de 2017 pag. 109

Inaugurado no dia 31 de agosto de 2017, o CEPES constitui-se em um espaço público multifuncional de gestão colaborativa entre o poder público, sociedade civil e o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno - FESDFE, que abriga uma série de iniciativas e atividades voltadas para o fortalecimento da economia solidária do distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF- RIDE.

CIRCUITO ECOSOL

Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar que tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania

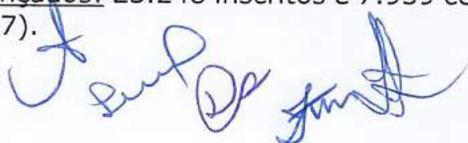
Em 2016 foram realizadas 15 edições do Circuitos Ecosol em diversas regiões administrativas do DF, reunindo em média 20 empreendimentos econômicos solidários por edição.

Em 2017 foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

QUALIFICA MAIS BRASÍLIA - PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INSERIR/ATUALIZAR/EMPREENDER, NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA – EAD:

Objetivo: promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, gestados somente pela Secretaria Adjunta do Trabalho ou em parcerias com outras Secretarias Adjuntas e ou Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de geração de renda que estejam com perspectivas de crescimento.

Resultados Alcançados: 23.248 inscritos e 7.959 certificações (desde 06 de julho de 2017 até dezembro de 2017).

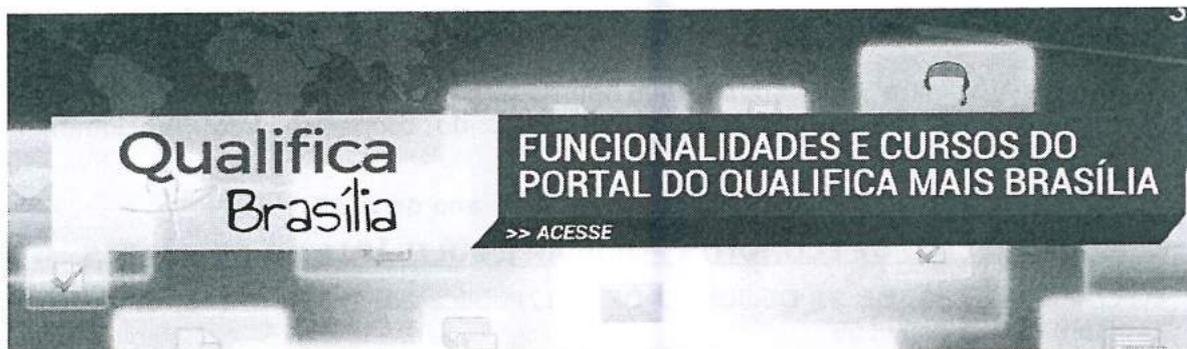


Público Alvo Beneficiado: População do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, por meio do acesso aos cursos ofertados no Portal de Qualificação Profissional no endereço eletrônico www.qualifica.trabalho.df.gov.br.

**IMAGENS DO PORTAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
INSERIR/ATUALIZAR/EMPREENDER NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA
(EAD) – 2ª ETAPA:**



INÍCIO O PROGRAMA NÚMEROS CONTROLE MÍDIA



Inscreva-se em um dos nossos cursos gratuitos

Os cursos são formatados e orientados conforme as necessidades do mercado de trabalho, apontadas nas últimas pesquisas de emprego e desemprego da DF.



Aprenda uma profissão

Amplie suas perspectivas e possibilidades de ingresso no mundo do trabalho! Aqui você aprende uma profissão.

[Inscreva-se](#)



Atualize seus conhecimentos

Manter-se no mundo do trabalho constitui um desafio tão grande quanto entrar. Como anda sua carreira?

[Inscreva-se](#)



Seja um empreendedor

Se você não espera as coisas acontecerem, mas faz com que elas aconteçam... Parabéns! Você é um empreendedor.

[Inscreva-se](#)

Números da primeira etapa

O programa Qualifica Mais Brasília em sua primeira edição superou todas as expectativas. Veja abaixo alguns dos números alcançados.



30.910

Inscritos no programa



11.459

Certificados Emitidos



21

Cursos de Qualificação



88,65%

16-30 e 31-40 anos



28

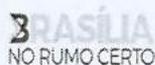
Cidades Atendidas

[Handwritten signatures]



KERLEY CRISTINA
Recolocação Profissional

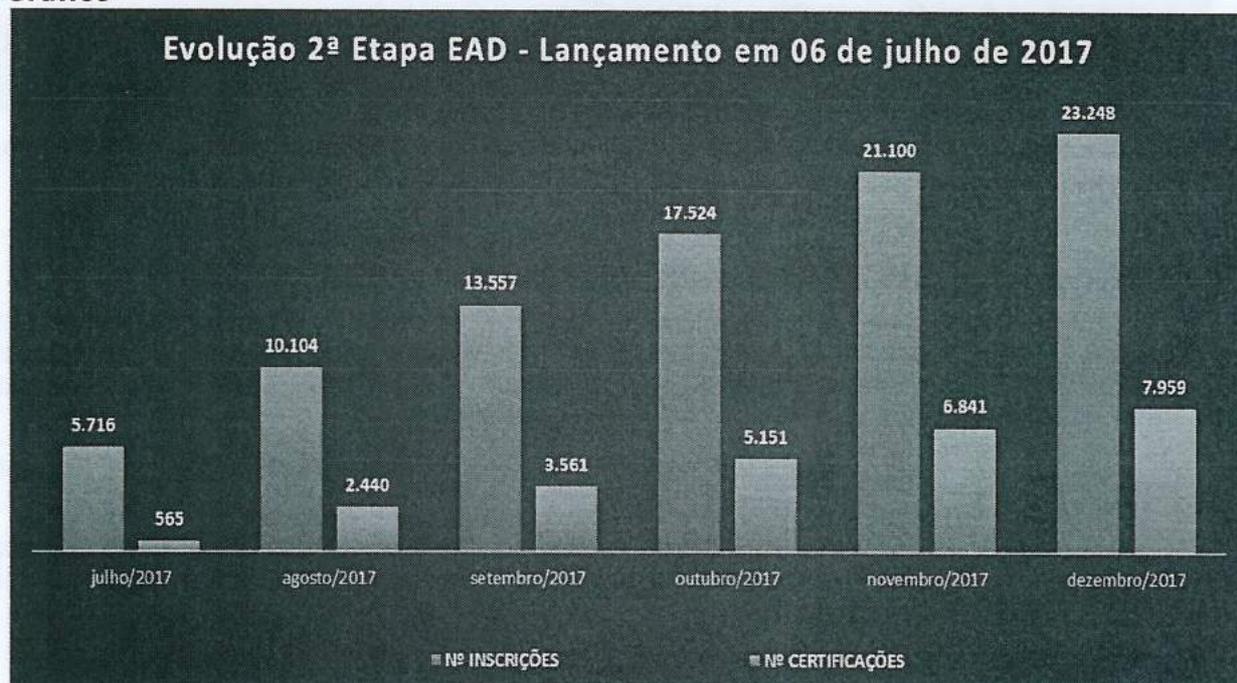
"Muito gratificante, com nível excelente de conhecimento, muito satisfeita, grata pela oportunidade."



Secretaria do Trabalho,
Desenvolvimento Social, Mulheres,
Igualdade Racial e Direitos Humanos



Gráfico



*Meta prevista: 12.000 (doze mil) certificações até maio/2018.

PROJETO DE RECOLOCAÇÃO PROFISSIONAL, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: disponibilizar gratuitamente no âmbito das Agências do Trabalhador, apoio e orientação ao trabalhador para facilitar o processo de recolocação profissional no mercado de trabalho. As orientações envolvem: elaboração de currículo; comportamento adequado para a entrevista de emprego; empregabilidade; dentre outros.

Resultados Alcançados: 117 certificações nos cursos e palestras de Recolocação Profissional.

Público Alvo Beneficiado: alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, e trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego - SINE.



Fotos Palestras de Recolocação Profissional, realizadas na Agência do Trabalhador Plano Piloto.

PARCERIA SEBRAE, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: promover a qualificação profissional de empresários, empreendedores e potenciais empreendedores, com o fito de potencializar a qualificação profissional da clientela-alvo em referência que esta Pasta confere especial atenção, por intermédio do Comitê Gestor do Empreendedorismo – COGEMP e do Programa PROSPERA.

Resultados Alcançados: 25 certificações em palestras sobre a temática Empreendedorismo.

Público Alvo Beneficiado: Empreendedor formal; Potencial empreendedor; Microempreendedor Individual (MEI); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Potencial Empresário (PE); e Microempresários (ME).

PARCERIA SENAC, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: promover a qualificação profissional do trabalhador que almeja ingressar, manter-se ou recolocar-se no mundo do trabalho.

Resultados Alcançados: 14 certificações no curso de camareira.

Público Alvo Beneficiado: trabalhadores, com idade acima de 18 anos, interessados no segmento econômico de turismo (hotelaria).

Consolidação dos Resultados do Qualifica Mais Brasília:

2017	
Projetos	Certificações
2ª Etapa EAD	7.959
Recolocação Profissional	117
Parceria Senac	14
Parceria Sebrae	25
Total:	8.115

(Handwritten signature and initials)
12

Quantitativo de certificações até dezembro/2017.

ACÇÕES DE INTERMEDIACÃO DE MÃO DE OBRA

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

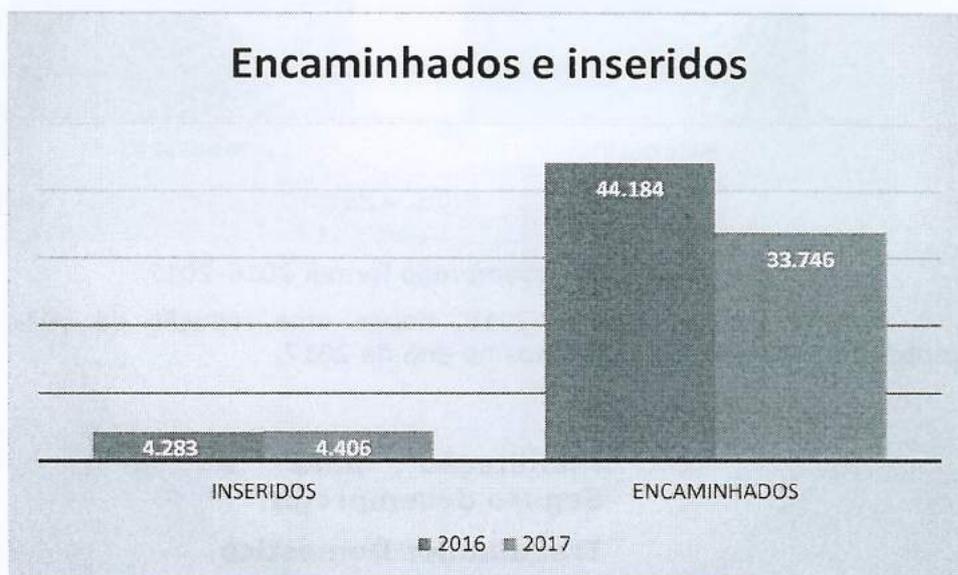
Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador para preenchimento das vagas ofertadas correspondeu a 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade na captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

Indicadores IMO				
Informações sobre os indicadores de desempenho do IMO				
Ano Referência	Qtd. Colocados	Qtd. Encaminhados	Qtd. Inscritos	Qtd Vagas Oferecidas
2016	4.283	44.184	58.171	24.901
2017	4.406	33.746	47.130	17.169
Total	8.689	77.930	105.301	42.070

• Consulta executada em 15-01-2017 às 11:56hs

* Informações extraídas da BGImo.



Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. No entanto destacamos que apesar da redução, houve aumento no número de pessoas

[Assinaturas manuscritas]

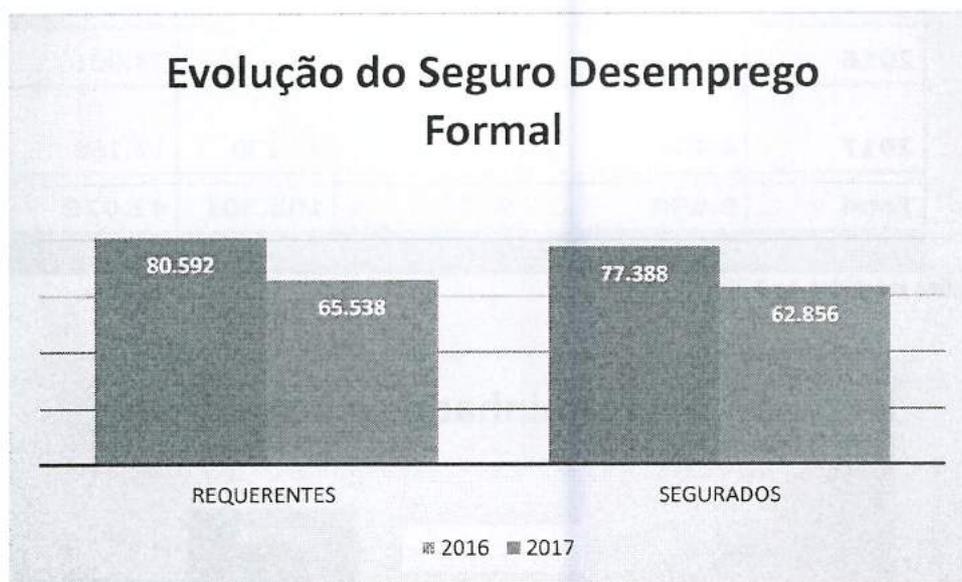
inseridas no mercado de trabalho, consequência de uma gestão eficiente no momento da captação e administração dessas vagas de emprego, bem como um melhor aproveitamento das pessoas encaminhadas.

SEGURO DESEMPREGO

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Em relação ao Seguro Desemprego, que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, esta Secretaria, até 31 de dezembro de 2017, do número total de requerimentos, 95,5% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

Habilitação para o Seguro desemprego Formal	
Requerentes	65.538
Segurados	62.856

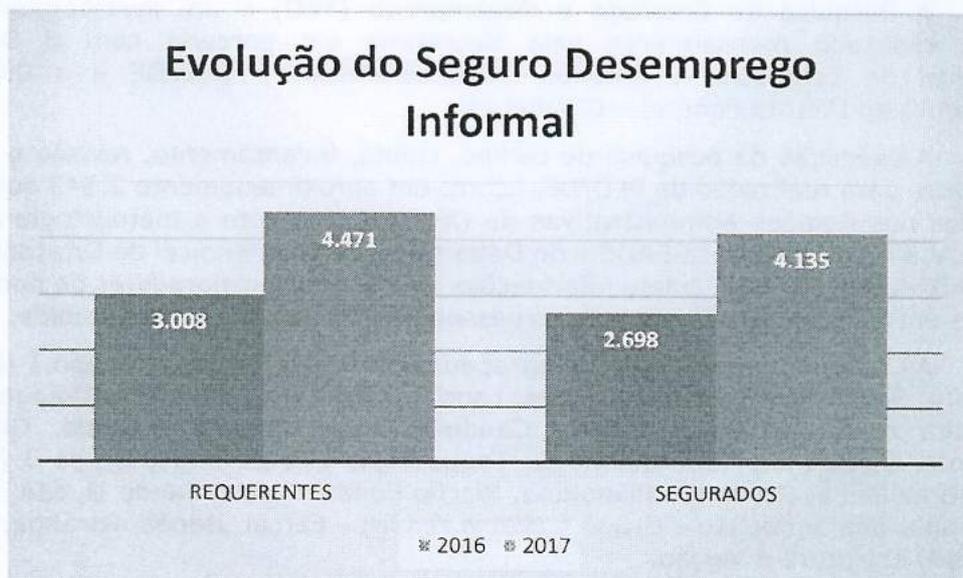


Evolução do Seguro Desemprego formal 2016-2017

Em relação ao ano de 2016, houve uma redução de 19% no número de requerentes e no número de segurados no ano de 2017.

Habilitação para o Seguro desemprego Trabalhador Doméstico	
Requerentes	4.471
Segurados	4.135

Assinatura manuscrita em azul



Evolução do Seguro desemprego Doméstico 2016-2017

Já no que refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2016, houve um acréscimo de 48% no número de requerentes, e um aumento 53% no número de segurados em 2017.

CARTEIRA DE TRABALHO INFORMATIZADA

Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB, de gestão e propriedade do MTE, em 2017 foram emitidas 42.705 carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

EVENTO "DIA D"

É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS.

Esse evento foi realizado dia 29 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 22 (vinte e duas) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

Foram oferecidas 368 vagas oferecidas para o público Pessoas com Deficiência do DF em diversos segmentos, realizados 250 encaminhamentos para entrevistas e processos seletivos e inseridos 32 trabalhadores.

Na ocasião foram ofertadas ações, tais como palestras, oficinas, elaboração de curriculum, corte de cabelo, massoterapia, aferição de pressão arterial e controle glicêmico, dentre outros.

Além disso, o evento do Dia D promoveu a conscientização do trabalhador Pessoas com Deficiência despertando o olhar do empregador e da população para as qualidades desse público.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA OFERTA DOS SERVIÇOS

Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2017, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e agendamento e emissão de carteira de trabalho.

Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais, dentre outros e possibilitou o acesso ao público em situação de vulnerabilidade social, que não tem condições de buscar os serviços nas Agências do Trabalhador.

[Assinaturas manuscritas em azul]

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DO DISTRITO FEDERAL – PED/DF

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente pela Secretaria em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

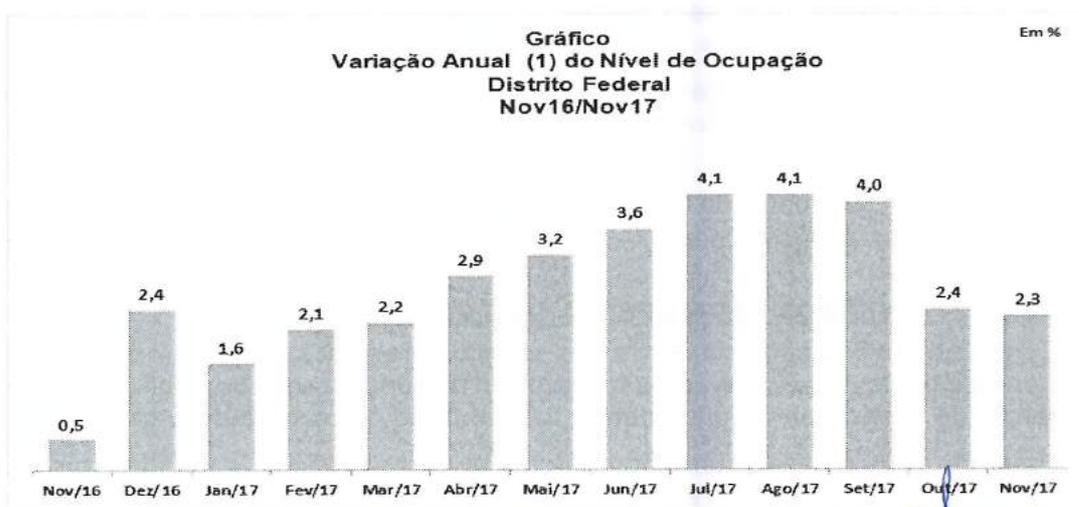
A execução da pesquisa de campo, coleta, levantamento, revisão e aplicação de questionário, para realização da PED/DF, ocorre em aproximadamente 2.543 domicílios/mês, distribuídos nas Regiões Administrativas do DF, realizada com a metodologia da Fundação Social de Análise de Dados – SEADE e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, coleta informações sobre todos os moradores do domicílio, sendo realizadas entrevistas individuais com as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

As informações obtidas são agrupadas da seguinte forma: Grupo 1 (alta renda) – Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, ParkWay, Sudoeste/Octogonal, Grupo 2 (média alta renda) – Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga, Vicente Pires, Grupo 3 (média baixa renda) – Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião e Grupo 4 (Baixa renda) – Fercal, Itapõa, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA, Estrutura e Varjão.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF) assumiu grande importância enquanto fonte de informação, acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho local, com dados da população em idade ativa, a PEA, do nível ocupacional, do contingente de desempregados, da inatividade, da taxa de desemprego, entre outros. São estatísticas que denotam a dinâmica do mercado de trabalho local, assumindo relevante importância como fonte de dados, pesquisa e planejamento.

No comportamento dos últimos 12 meses, analisado através da PED/DF, entre novembro de 2016 e novembro de 2017, a taxa de desemprego relativa estabilidade, ao passar de 18,5% para 18,4%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto permaneceu estável (15,5%) e a de desemprego oculto praticamente não se alterou (de 3,0% para 2,9%).

No período em análise, o contingente de desempregados aumentou em 4 mil pessoas, resultado do crescimento insuficiente do nível de ocupação (2,3%, ou geração de 30 mil postos de trabalho) para absorver o aumento da População Economicamente Ativa – PEA (2,1%, ou ingresso de 34 mil pessoas na força de trabalho da região) A taxa de participação reduziu-se de 66,3% para 66,0%. O aumento do nível de ocupação resultou de acréscimos nos Serviços (3,6%, ou geração de 33 mil postos de trabalho) e no Comércio (4,9%, ou 11 mil), da relativa estabilidade na Indústria de Transformação (2,0%, ou 1 mil) e de redução na Construção Civil (10,8%, ou 8 mil).



Fonte: PED-DF – Convênio SEDESTMIDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP, DIEESE e MTB.
(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês de ano anterior.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Em relação à posição na ocupação, o contingente de assalariados elevou-se (2,9%, ou 27 mil), com crescimento no setor privado (5,1%, ou 32 mil) e redução no setor público (-1,7%, ou -5 mil). No setor privado, aumentou o número de ocupados com carteira de trabalho assinada (4,5%, ou 24 mil) e sem carteira (8,2%, ou 8 mil). Elevou-se o número de empregados domésticos (13,8%, ou 11 mil) e de autônomos (4,4%, ou 8 mil) e reduziu-se o daqueles classificados nas demais posições (-14,5%, ou -16 mil).

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017, aumentou o rendimento médio real dos ocupados (1,3%), dos assalariados (4,0%) e dos trabalhadores autônomos (1,9%).

ALUNOS QUALIFICADOS PELO PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoxarifado e telhado metálico; de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos – nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis – por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidropônica, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas – nas oficinas de elétrica predial, EPI's, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria Criativa.

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ **2.653.665,76** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinquenta e três, seiscentos e cinquenta e cinco e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente **1252** alunos, em situação de vulnerabilidade social.

Foram confeccionados e distribuídos 31.475 itens doados para órgãos do Distrito Federal, nos quais destacamos: Governadoria; Coordenação da Residência Oficial do Governo, Casa Militar do Governo, Cerimonial, secretarias de Estado de Saúde, de Esporte, de Educação, de Justiça e as administrações regionais, dentre outros.

Além dessas ações, foi realizado no ano de 2017, Processo Seletivo para todos os cursos.

Processo Seletivo de 2017:

Processo Seletivo 2017					
Ordem	Curso	Vagas	Inscritos	Matriculados	Efetivos
1	Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	1.000	1499	598	398
2	Construção Civil	100	400	66	10
3	Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos	150	297	73	57
4	Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	100	261	82	42
5	Marcenaria Criativa	50	173	35	33
Total - Fábrica Social		1.450	2630	854	540

Considerando os alunos atendidos no âmbito do Programa Fábrica Social e no âmbito da parceria com o PRONATEC, tem-se um total de 1.152 (mil, cento e cinquenta e

dois) alunos atendidos, conforme quadros abaixo, sendo que destes, 687 (seiscentos e oitenta e sete encontram-se em curso).

ALUNOS DO PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL					
Ordem	Curso	Em curso	Concluintes	Evadidos	Total de Alunos Atendidos
1	Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	689	51	214 (estimado)	954
2	Construção Civil	50	33	17	102
3	Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos	51	74	26	151
4	Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	48	28	22	98
5	Marcenaria Criativa	47	0	0	47
Total - Fábrica Social		687	186	279	1.252

Consideramos os alunos em curso, aqueles que estão ativos. Incluem-se nesta tabela alunos de diversos Processos Seletivos.

ALUNOS ATENDIDOS PELO PRONATEC NO ÂMBITO DA PARCERIA COM O PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL						
Ordem	Curso	Vagas	Em curso	Concluintes	Evadidos Desistentes Desligados	Total de Alunos Atendidos
1	Pronatec MULHERES MIL - Confecção	85	35	36	14	85
2	Pronatec - Elétrica Predial/Hidráulica	35	0	35	0	35
Total - Pronatec		120	35	71	14	120

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais sete centavos), beneficiando diretamente a alunos, em situação de vulnerabilidade social, correspondendo a uma média de R\$388,07 (trezentos e oitenta e oito reais e sete centavos) por aluno, conforme quadro abaixo.

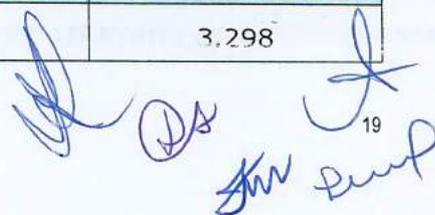
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS 2017

ANO	MES	QTDE BENEFÍCIOS	VALOR TOTAL	R\$ MÉDIO-ALUNO
2017	JANEIRO	507	170.315,70	335,93
2017	FEVEREIRO	486	207.895,52	427,77
2017	MARÇO	569	191.328,05	336,25
2017	ABRIL	503	214.843,62	427,12
2017	MAIO	543	203.381,56	374,55
2017	JUNHO	514	194.687,02	378,77
2017	JULHO	433	181.669,63	419,56
2017	AGOSTO	417	164.347,25	394,12
2017	SETEMBRO	626	238.590,08	381,13
2017	OUTUBRO	705	273.524,61	387,98
2017	NOVEMBRO	677	272.773,58	402,91
2017	DEZEMBRO	858	340.309,14	396,63
TOTAL 2017		6.838	2.653.665,76	388,07

Itens produzidos e doados pelo Programa Fábrica Social:

ALIMENTOS PRODUZIDOS E DOADOS								
CURSO DE PRODUÇÃO E CULTIVO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS								
ITENS	INSTITUIÇÕES							TOTAL
	BOMBEIRO MIRIM	CRECHE VIVER	CRECHE JOSE OPERARIO	CRECHE RENASCER	CRECHE ALECRIM	CRECHE TIA TATA	BANCO DE ALIMENTOS	
ALFACE UN	195	335	180	150	200		1300	2360
AGRIÃO UN	80	40	20	10	70			220
RUCULA UN	60				60			120
PIMENTÕES UN		108		108	108	108	100	532
TOMATE CEREJA KG		4,5		4,5			24	33
	335	487,5	200	272,5	438	108	1424	3265

ITENS PRODUZIDOS E DOADOS POR MÊS		
CURSO DE CONFEÇÃO DE VESTUÁRIO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS ESPORTIVOS		
Nº	MÊS	QUANTIDADE
01	JANEIRO/2017	3.298

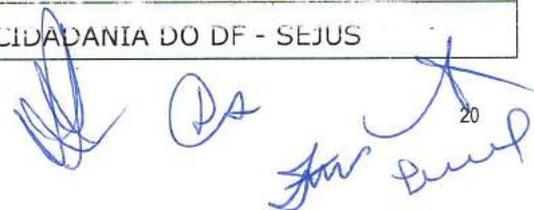


 19

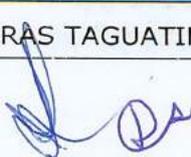
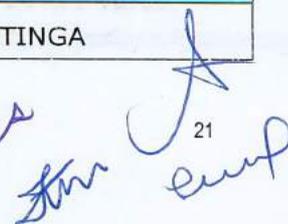
02	FEVEREIRO/2017	1.760
03	MARÇO/2017	2.498
04	ABRIL/2017	1.752
05	MAIO/2016	2.934
06	JUNHO/2017	4.059
07	JULHO/2017	1.909
08	AGOSTO/2017	931
09	SETEMBRO/2017	1.492
10	OUTUBRO/2017	3.273
11	NOVEMBRO/2017	887
12	DEZEMBRO/2017	3.417
Total		28.210

Além do quantitativo acima relacionado foram doados um total de 310 quilos de retalhos ao PRONATEC e Hospital de Base. Foram confeccionados uniformes para os alunos do Programa, um total de 75 jalecos e 1.374 camisetas de uniformes. Foram doados ao PRONATEC 200 metros de tecido (brim) para realização dos cursos em parceria.

ORGÃOS BENEFICIADOS PELA DOAÇÕES DOS ITENS CONFECCIONADOS CURSO DE CONFECCÃO DE VESTUÁRIO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS ESPORTIVOS	
Nº	Nome
1.	GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL/ CASA MILITAR
2.	COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA
3.	COORDENAÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNO DO DF
4.	CASA MILITAR DO GOVERNO DO DF
5.	VICE-GOVERNADORIA/GABINETE
6.	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
7.	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
8.	PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
9.	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
10.	SECRETARIA DE AGRICULTURA
11.	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL
12.	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE DO DF
13.	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, D. H. E CIDADANIA DO DF - SEJUS



14.	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL
15.	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO
16.	SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
17.	SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
18.	SECRETARIA ADJUNTA DO TRABALHO/SEATRAB
19.	SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES/GABINETE
20.	SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS - SIAS
21.	SUBSECRETARIA DE MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO
22.	SUBSECRETARIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
23.	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
24.	SUBSECRETARIA DE MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO
25.	SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL-SEDHS
26.	SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
27.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SCIA - RA XXV
28.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA-XVIII
29.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I - RA/XVII
30.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II-RA-XXI
31.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA- RA III
32.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX
33.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA RA XII
34.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO- RA V
35.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA/RA-VI
36.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS/RA-XV
37.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
38.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA RA XIII
39.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII
40.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA-X - GABINETE
41.	ADMNISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA-RAXII
42.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA /BRAZ
43.	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO -RA XIV
44.	CÂMARA DO LIVRO DO DISTRITO FEDERAL
45.	CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS TAGUATINGA

 21

46.	CEASA – CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DF - Presidência
47.	HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA – HMIB
48.	HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA – HRS
49.	HOSPITAL REGIONAL DE BASE - HBDF
50.	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
51.	1º BATALHÃO DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO/BATALHÃO CORONEL AZEVEDO
52.	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
53.	21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
54.	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
55.	SUPERINTENDÊNCIA REGIÃO DE SAÚDE OESTE /DIRETORIA ADMINISTRATIVA
56.	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL / SECRETARIA-GERAL
57.	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL
58.	13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
59.	UNIDADE DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE TAGUATINGA
60.	UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL - UAI
61.	UNIRE - UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS
62.	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL
63.	21º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR
64.	CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	0,00	14.043,00	0,00	0,00
0003 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO AO PROJETO "CATADOR AMIGO: ESTAMOS JUNTOS"- CEILÂNDIA	0,00	14.043,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	14.043,00	0,00	0,00

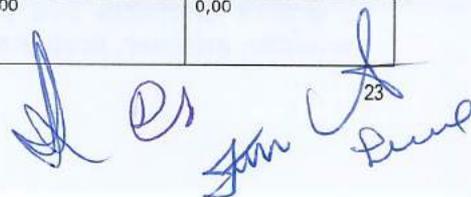


 PA
 fam

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	600.000,00	647.859,00	580.425,17	528.425,17
8534 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEDESTMIDH- PLANO PILOTO .	600.000,00	647.859,00	580.425,17	528.425,17
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	750.000,00	150.001,00	0,00	0,00
0001 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-IMPLANTAÇÃO DE PROJETO - NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO-REGIÃO V - SOBRADINHO	450.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-SEGURANÇA PÚBLICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
8387 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	1,00	0,00	0,00
0002 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CEILÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	260.000,00	0,01	0,00	0,00
0027 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0024 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0025 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DA MULHER-DISTRITO FEDERAL	115.000,00	0,01	0,00	0,00
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	296.800,00	0,00	0,00	0,00
1683 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	296.800,00	0,00	0,00	0,00
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	100.000,00	0,68	0,00	0,00
0002 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,68	0,00	0,00
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	410.000,00	250.434,33	0,00	0,00
5772 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL--DISTRITO FEDERAL	410.000,00	250.434,33	0,00	0,00
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	200.000,00	0,00	0,00	0,00
5543 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2282 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	150.000,00	0,00	0,00
0001 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-IMPLANTAÇÃO DE PROJETO - NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO-REGIÃO V - SOBRADINHO	450.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-SEGURANÇA PÚBLICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00



 23

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8387 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	1,00	0,00	0,00
0002 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CEILÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1683 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	296.800,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2.816.800,00	1.198.295,02	580.425,17	528.425,17

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1554 - CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	0	UNIDADE	1	3	3	7	5	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa. 2017 - Campanha publicitária da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Projeto "Caravana da Pessoa Idosa"; Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU's das Artes DF, com 31 (trinta e uma) oficinas, no Rec. das Emas, na QNM 28 e na QNR 02 de Ceilândia; Campanha do Dia Internacional da Mulher - março; Campanha no Aniversário da Lei Maria da Penha - agosto; Campanha Outubro Rosa - e Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - nov e dez.									
1538 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	0	UNIDADE	200	331	500	560	800	1.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos. 2017 - Foram encaminhados pela SAMIDH 2.587 (dois mil e quinhentos e oitenta e sete) currículos a empresas, sendo que foram realizadas 218 (duzentos e dezoito) contratações. Ocorre que também cabe à SEATRAB promover a mediação de vagas de trabalho às pessoas, dentre elas as pessoas com deficiência, onde foram realizadas 342 (trezentos e quarenta e duas) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF.									
1555 - SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	0	UNIDADE	600	519	600	952	600	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros. 2017 - Projeto UBUNTU, nas temáticas relacionadas ao racismo, violência contra mulher e direitos humanos no Varjão, Ceilândia e Itapuã; Capacitação de operadores da Central 156, com o objetivo de repassar/discutir aspectos relacionados ao bom atendimento a pessoa idosa, bem como os direitos do idoso; III Ciclo de Palestras sobre Vulnerabilidades com Foco em Orientação Sexual e Identidade de Gênero p/ 500 serv. da PCDF e Capacitação no Projeto Líder - "Empoderar para Multiplicar".									
1537 - TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS PROJETOS DE MICROCRÉDITO PARA AFRO EMPREENDEDORES E MULHERES, ACOMPANHADOS E ORIENTADOS PELO GDF	0	%	18	-	15	-	12	10	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Indicador não pode ser aferido até o momento, pois a área responsável não disponibilizou o campo de identificação necessário para os cadastros realizados; 2017 - Conforme tratativas junto a SEPLAG (Lei 6.061/2017), o referido indicador foi retirado do PPA 2016-2019.									

Assistência ao Idoso

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Pessoas Idosas, que compõe a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), tem como principais atribuições: planejar, elaborar, implementar, executar, monitorar e avaliar Políticas Públicas para a Pessoa Idosa; formular e propor diretrizes que promovam a efetivação dos direitos da Pessoa Idosa; coordenar, orientar, analisar, propor ações pertinentes, bem como atuar na interlocução junto aos órgãos

do Governo do Distrito Federal que possuam políticas de atendimento à Pessoa Idosa; promover, coordenar e supervisionar a realização de eventos, programas e atividades que contribuam para valorização e autonomia da Pessoa Idosa; promover e estimular a participação da Pessoa Idosa, por meio das suas organizações representativas e pelo Conselho dos Direitos do Idoso (CDI- DF), na perspectiva de contribuir na formação de políticas; promover o controle social e a defesa dos direitos desse segmento; promover e articular com os demais agentes governamentais e não governamentais a política de enfrentamento à violência contra a Pessoa Idosa; estabelecer mecanismos de divulgação e informação sobre o processo de envelhecimento.

Nesse sentido, no exercício de 2017, a Secretaria atuou no desenvolvimento de políticas públicas estruturantes, assim como na realização de campanhas de prevenção à violência contra à Pessoa Idosa. Garantindo, também, a defesa dos direitos desse segmento.

Dentre as ações desenvolvidas de Assistência ao idoso, cabe destacar:

Elaboração do Plano Distrital de Envelhecimento Ativo:

Ação relacionada a um dos compromissos assumidos pelo GDF por meio da adesão ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo em 2014. Trata-se de um plano de trabalho com ações, metas e mecanismos de monitoramento para a implementação do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo em âmbito distrital.

Articulação junto à Secretaria de Estado de Mobilidade para a Expansão do Acesso da Pessoa Idosa no Transporte Público:

Considerando que o cartão sênior foi suspenso pelo Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS) por suspeitas de fraude, a Secretaria tem realizado articulações com a Secretaria de Mobilidade para possibilitar o acesso do idoso a todo o interior dos ônibus, e não somente a parte inferior a catraca eletrônica.

Criação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Política do Idoso no Distrito Federal:

O Decreto nº 8.114/2013 estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e instituiu a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito, bem como promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidos em sua implementação.

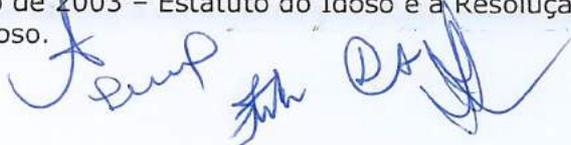
O Distrito Federal aderiu ao Compromisso Nacional em 09 de setembro de 2014. O Termo de Adesão foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 77, de 24 de abril de 2015. Conforme o documento, o Distrito Federal comprometeu-se a instituir formalmente o Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento das políticas, programas e ações voltadas para os direitos das pessoas idosas nos meios urbano e rural.

A composição e modo de funcionamento deveria seguir os moldes do Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Governo Federal (Decreto nº 8.114/2013). Contudo, desde 2014, o Distrito Federal não compôs tal grupo conforme previsão do Compromisso Nacional.

Sendo assim, a SEDESTMIDH elaborou minuta de Decreto para a criação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Adesão do Distrito Federal ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, assim como manifestação técnica e exposição de motivos, conforme instrução processual. Nesse sentido, o Decreto que dispõe sobre a instalação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Política Distrital do Idoso no Distrito Federal está tramitando para publicação no DODF.

Reordenamento e Qualificação dos Trabalhos Desenvolvidos nos Centros de Convivência para Idosos (CCIs):

A iniciativa do reordenamento dos Centros de Convivência para Idosos (CCIs) parte da observação acerca da diversidade de formatos de atendimento ofertados nesses espaços, assim como da necessidade de qualificação do trabalho realizado. É utilizada para isso a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso e a Resolução Normativa nº 11, do Conselho dos Direitos do Idoso.



O processo de reordenamento dos CCIs se iniciou com 16 (dezesesseis) centros, que funcionam em espaços públicos e, até o momento, foram realizadas as seguintes ações:

- Realização de visitas em todos os CCIs que funcionam em espaços públicos para mapeamento situacional por meio da aplicação de instrumental para coleta de dados;
- Apresentação da proposta de reordenamento para o Conselho dos Direitos do Idoso;
- Reuniões com Administrações Regionais e Entidades;
- Elaboração de Cartilha;
- Apoio técnico sistemático aos CCIs por meio de visitas semanais e reuniões conjuntas;
- Acompanhamento e orientações sobre a regularidade das instituições no que tange ao registro no Conselho dos Direitos do Idoso, no Conselho de Assistência Social, alvarás de funcionamento e demais documentos necessários ao funcionamento regularizado dos CCIs;
- Articulação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a promoção de Cursos de Formação Continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), direcionados às pessoas idosas participantes dos CCIs. Previsão de início em 2018;
- Captação de voluntários do Programa Brasília Cidadã para oferta de atividades nos CCIS.

Cumprir destacar que os Reordenamentos dos CCIS, assim como a regulamentação do Fundo dos Direitos do Idoso e o Lançamento do Plano Distrital de Envelhecimento Ativo, compõem as ações do Acordo de Resultados do GDF, sob gestão da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SAMIDH).



Reunião com os Presidentes dos CCI's

Qualificação do Disque Idoso como Canal de Denúncias de Violações de Direitos contra a Pessoa Idosa:

O Disque Idoso é um serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento à pessoa idosa no Distrito Federal.

A Secretaria promoveu a atualização da base de conhecimentos da Central, realizou reunião com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) para planejamento de ações e promoveu a capacitação dos operadores nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017. Incluindo os operadores da Central 162, que recebe as denúncias de violações de direitos contra a pessoa idosa.

Monitoramento da Implementação do Fundo do Idoso no Distrito Federal:

A Lei nº 865/2013 dispõe sobre o Fundo dos Direitos do Idoso (FDI/DF) e estabelece que se destina a financiar os programas e as ações relativos ao idoso. Com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A Secretaria tem contribuído para o andamento dos trâmites processuais e envidado todos os esforços para que essa demanda seja atendida.

Nesse sentido, até o momento, foram realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento do andamento do processo nº 0002.000448/2014;
- Agendamento e participação em reunião com o Conselho dos Direitos do Idoso, Casa Civil e Procuradoria, de modo a superar os entraves da regulamentação;
- Atualmente o FDI/DF está em vias de regulamentação, tendo sido encaminhado para a Consultoria Jurídica da Casa Civil.

Qualificação do Atendimento ao Idoso no Distrito Federal por Meio da Promoção de Cursos e Capacitações:

A Secretaria realizou, 2 (dois) encontros no exercício de 2017, com os operadores da Central 156, opção 8, Disque Idoso e Central 162 – Ouvidoria do GDF, responsável por receber as denúncias de violação de direitos contra a pessoa idosa. O objetivo da atividade foi repassar e discutir com esses grupos aspectos relacionados ao bom atendimento à pessoa idosa ao contatarem tais canais de atendimento. E, também, questões atinentes aos direitos do idoso, rede de atendimento, rede social de apoio, envelhecimento e qualidade de vida.

Foi realizada a capacitação de 30 (trinta) operadores da Central 156, divididos em 02 (duas) turmas de 15 (quinze) alunos, com o objetivo de torná-los multiplicadores aos demais profissionais.



Capacitação dos operadores do 156, opção 8 – Disque Idoso

Realização de Campanhas de Enfrentamento à Violência e Valorização da Pessoa Idosa:

Realização de campanha em mídia televisiva, publicação de cartilha da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, banners e cartazes alusivos ao dia 15 de

[Handwritten signatures and initials]

junho - Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Realização de palestras direcionadas ao público idoso sobre a temática da violência, canais de denúncia e rede de atendimento; Realização de palestras sobre os direitos da pessoa idosa à luz do Estatuto do Idoso.

Realização de Ações Territoriais para Oferta de Serviços e Divulgação dos Direitos da Pessoa Idosa (Caravana do Idoso):

Foram realizadas 04 (quatro) "Caravanas do Idoso" nas regiões administrativas do Plano Piloto, Recanto das Emas, Planaltina e Taguatinga, com a participação aproximada de 1.000 (mil) pessoas idosas.



Caravana do Idoso Recanto das Emas/DF

Regulamentação do Selo "Empresa Amiga da Terceira Idade":

Proposta de regulamentação da Lei nº 5.656, de 03 de maio de 2016, para reger, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, o "Selo Empresa Amiga da Terceira Idade". Tendo como objetivo estimular ações que promovam os direitos das pessoas idosas do Distrito Federal, certificando as empresas que realizem boas práticas relacionadas a realização de campanhas educativas sobre os direitos desse segmento da população ou ao apoio e a manutenção de instituições sem fins lucrativos que atendam a pessoa idosa nas áreas de Assistência Social ou Saúde.

Assistência à Pessoa com Deficiência

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Pessoas com Deficiência (PROMODEF), que compõe a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, conforme as diretrizes da política nacional. As competências incluem o combate às diversas formas de discriminação e a promoção da inclusão social. Dentre seus objetivos, observam-se a implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência por meio do desenvolvimento de políticas públicas de inclusão. Nesse sentido, a Secretaria trabalha para estimular que todas as políticas e os programas do GDF contemplem o respeito à diversidade e a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

No que tange às ações desenvolvidas de assistência à Pessoa com Deficiência no exercício de 2017, destacamos as seguintes atividades:

Central de Libras – CIL

A Central de Libras (CIL) oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com esse profissional. A CIL integra a Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está em processo de implementação de serviço de atendimento online por meio de computadores equipados com webcam e microfone.

- atendimentos entre janeiro e dezembro de 2017: 15.563 atendimentos.

Encaminhamento a Empregos

A Secretaria realiza o encaminhamento de currículos de pessoas com deficiência, nos termos do § 1º, do art. 93, da Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos e Benefícios da Previdência Social, e estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas portadoras de deficiência.

- Número de pessoas contratadas entre janeiro e dezembro de 2017: 218 pessoas.

Passes Livre

O cartão do Passe Livre Especial garante gratuidade do transporte público urbano para pessoas com deficiência e é concedido pelo DFTRANS por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), que recebe os pedidos e atesta direito do(a) requerente ao benefício.

- atendimentos entre janeiro e dezembro de 2017: 15.074 atendimentos.

Atualização Cadastral do Passe Livre

A fim de tornar mais efetiva a concessão do direito ao benefício do Passe Livre Especial, o DFTRANS lançou o sistema de recadastramento do Passe Livre Especial. Podendo ser efetivado de maneira online ou por meio da Gerência do Passe Livre, localizada na Estação da Cidadania.

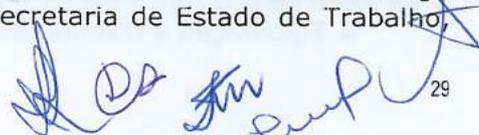
Nesse sentido, a SEDESTMIDH, em conjunto com a Secretaria de Mobilidade (SEMOB) e DFTRANS, está realizando a atualização cadastral do Passe Livre Especial.

Promoção da Igualdade Racial

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Enfrentamento ao Racismo (COERA), que compõe a Subsecretaria de Igualdade Racial (SIR/SAMIDH), setor designado a elaborar, avaliar, implementar e monitorar as políticas de enfrentamento ao racismo no âmbito do Governo de Brasília para população negra, indígena, cigana e povos de matriz africana. Desta forma, desenvolveu em 2017 ações em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF), Movimento Negro Unificado (MNU) e Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM).

No que tange as atividades com o MPDFT, a Secretaria possui parceria com esse órgão para realização do Projeto Oxalá, que executa o curso de conscientização sobre igualdade racial como condição do acordo de suspensão condicional do processo ou como condição de cumprimento de pena, nos casos de racismo ou injúria racial.

Assim, essa parceria foi formalizada por meio da celebração do Acordo de Cooperação, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 160, 21 de agosto de 2017, pg. 65, de modo a garantir a continuidade do Projeto e manter o relevante diálogo institucional. Objetivando, ainda, ampliar a presença da Secretaria de Estado de Trabalho,



Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) com conteúdo e outras contribuições para a formação no enfrentamento à discriminação racial.

No ano de 2017, foram realizadas 04 (quatro) edições do curso de Conscientização sobre Igualdade Racial, ministrado em 2 (dois) dias, com carga horária de 08 (oito) horas.

Referente as ações realizadas com a Escola de Governo - EGOV, a Secretaria articulou a realização do Curso de Igualdade Racial, subsidiando os servidores públicos da administração direta e indireta com informações sobre a temática étnico-racial. A fim de estabelecer qualidade na prestação de serviço à população negra, indígena, cigana e povos de matriz africana, bem como estimular a ruptura do racismo institucional dentro dos órgãos do Governo de Brasília. No ano de 2017, foram realizadas 05 (cinco) edições deste curso.

Considerando a rotatividade de atendentes que prestam o serviço do Disque Racismo, a Secretaria dialogou com a CODEPLAN para propor formação continuada aos atendentes do 156, opção 7, e 162 com o propósito de oferecer informações para o auxílio no acolhimento de denúncias de racismo e injúria racial.

Desta forma foram realizadas capacitações com os colaboradores da VanervenSolution, empresa prestadora de serviço do 156, opção 07, e 162, nos dias 13 de março, 04 e 05 de maio de 2017. O conteúdo programático abordou sobre o contexto histórico da questão racial no Brasil, conceitos de racismo, injúria racial e discriminação racial, bem como o protocolo de atendimento do Disque Racismo e a Recomendação Conjunta nº 02, de 28 de novembro de 2014, do MPDFT, onde são relatados os termos considerados racistas pelo MPDFT.

A parceria entre SEDESTMIDH e Metrô-DF possui a finalidade de sensibilizar os servidores desta instituição acerca da temática étnico-racial por meio de palestras e campanhas publicitárias. Assim, foi celebrado o Acordo de Cooperação, publicado no DODF nº 215, 09 de novembro de 2017, pg. 35. O intuito dessa parceria é enfrentar o racismo institucional, bem como possibilitar ascensão de cargos aos(as) negros(as) por meio do Programa Equidade de Raça e Gênero.

A Secretaria, atenta às necessidades de melhoria do funcionamento do Disque Racismo, dialoga desde dezembro de 2015 com a CODEPLAN, Ouvidoria da SEDESTMIDH, MPDFT e Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência, com vistas à adoção de medidas administrativas que otimizem o registro e fluxo de demandas do Disque Racismo. Dessa forma, em 2017, foi publicada Instrução Normativa nº 02 (DODF nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10), instituindo o fluxo de demandas e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

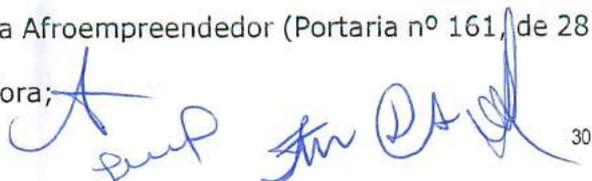
Em setembro de 2017, foi elaborado o Acordo de Cooperação nº 001/2017 entre a SEDESTMIDH e Movimento Negro Unificado (MNU), a fim de viabilizar a realização do XVIII Congresso Nacional do Movimento Negro no Distrito Federal, ocorrido no mês de outubro do ano de 2017. Foram confeccionados, ainda, o Plano de Trabalho e Justificativa sobre o referido acordo.

Entre os dias 20 a 24 de novembro de 2017, servidores da Secretaria ministraram palestra para 1.260 estudantes do Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM), localizado na Ceilândia Norte, em referência ao mês da Consciência Negra. A atividade contou com a participação das advogadas, doutoras Denise da Costa Eleutério e Monica Gonçalves Matos, ambos membros da Comissão de Igualdade Racial da Ordem da OAB/DF, Subseção de Taguatinga.

Programa Afroempreendedor

Prevê a realização de estratégias e ações com vistas a apoiar, promover, divulgar, capacitar, fomentar, incubar, acelerar e articular financiamentos para afroempreendedores de micro e pequenas empresas do Distrito Federal e região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE).

- Publicação do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor (Portaria nº 161, de 28 de julho de 2017);
- Elaboração e trâmite do edital da Incubadora;



- Elaboração e trâmite do edital de ocupação das Incubadoras;
- Reuniões para articulação para o "Lançamento da Linha de Crédito para Afroempreendedores";
- Reuniões públicas para divulgação do Programa Afroempreendedor;
- Capacitações para afroempreendedores;
- Seleções para participações em feiras;
- Monitoramento do Programa Afroempreendedor via Termo de Abertura de Projeto (TAP), ferramenta de acompanhamento e gerenciamento de ações e entregas do Acordo de Resultados com o Governo de Brasília;
- Desenvolvimento do Projeto Laboratório Criativo para Fábrica Social em parceria com a Universidade de Brasília;
- Nota técnica do Programa Afroempreendedor em parceria com a CODEPLAN, com vistas ao estabelecimento de linha de crédito junto ao Banco Regional de Brasília e SEDESTMIDH por meio do Programa de Concessão de Empréstimo – PROSPERA;
- Recepção de novos alunos da Fábrica Social;
- Organização e apoio de afroempreendedores na realização da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado (02 edições, em desenvolvimento);
- Organização e apoio de afroempreendedores na realização da Feira Diversidade Brasil (de 1º a 10/12/2017);
- Organização e apoio na realização da Feira de Afroempreendedores e Economia Solidária (de 16 a 18/11/2017);
- Articulação junto ao Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e entorno com vistas a ações conjuntas e capacitação de afroempreendedores;
- Organização e apoio de Afroempreendedores na realização da Feira BSB Criativa e Economia Solidária (de 08 a 10/12/2017);
- Desafetação do Box nº 91 da Torre de TV para instalação da Afro Incubadoras;
- Reuniões e negociações junto ao Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes) do Recanto das Emas para oferta de cursos e capacitações com foco na juventude negra dentro do Programa Afroempreendedor.

Acordos de Cooperação

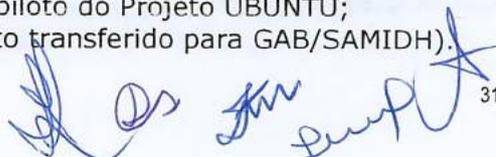
Visando fortalecer as redes de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, a Secretaria elencou os principais parceiros institucionais para promover a capacitação de servidores das mais diversas áreas, bem como gerar intercâmbio entre governo, academia e sociedade civil nas temáticas étnico raciais entre 2017/ 2019.

- Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica Internacional;
- Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde (FEPECS) e SEDESTMIDH;
- Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica entre Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação (SECTI) e SEDESTMIDH;
- Elaboração e trâmite do Projeto de Voluntariado em Saúde com o Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN), Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), Universidade de Brasília (UNB) e Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade (OBVUL);
- Parecer sobre Termo de Fomento entre São Bатуque e SEDESTMIDH;
- Parecer sobre Termo de Fomento entre Movimento Negro Unificado (MNU) e SEDESTMIDH;
- Parecer sobre Termo de Fomento entre o Projeto Bora Vencer e SEDESTMIDH.

Projeto UBUNTU

Sendo espaço de referência em raça e gênero, trata-se de um projeto destinado a articular as redes de enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres nos territórios, por meio da capacitação de servidores públicos da Secretaria de Estado das Cidades e das administrações regionais do Distrito Federal nas temáticas correlatas a raça, gênero e direitos humanos.

- Elaboração e trâmite do Projeto UBUNTU;
- Reuniões entre as regiões administrativas inseridas no piloto do Projeto UBUNTU;
- Reuniões entre as Subsecretarias inseridas no piloto do Projeto UBUNTU;
- Realização do piloto do Projeto UBUNTU (Projeto transferido para GAB/SAMIDH).



Apoio e Divulgação das Conferências Livres

Preparatórias para IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria, com vistas a pautar os avanços e os desafios das políticas de promoção da igualdade racial e sua repercussão nas políticas públicas (educação, saúde, trabalho e geração de renda entre outras áreas). Além disso, objetiva-se acolher as demandas debatidas nas Conferências Livres pelos movimentos da sociedade civil, a fim de promover o respeito à diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira e demais grupos étnico-raciais discriminados na luta contra o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.

- Articulação e apoio à sociedade civil para a realização das Conferências Livres (elaboração de material, participação e divulgação da atividade).

Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da População Negra

Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra no âmbito da SES-DF.

- Desenvolvimento e articulação de estratégias para a implementação da Portaria nº 201, de 03 de outubro de 2014, que regulamenta a coleta do quesito raça, cor/etnia nos formulários e sistemas de informação da SES-DF e dá outras providências (em execução).

- Reativação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Distrito Federal (CTSPN-DF), que é um grupo gestor multidisciplinar de estudo, acompanhamento e regulação. Constitui-se por 12 (doze) membros, sendo: 06 (seis) oriundos do Governo de Brasília, 02 (dois) da SEDESTMIDH, 04 (quatro) da SES-DF, e 06 (seis) advindos da sociedade civil, que deverão ser representados por 04 (quatro) membros e 02 (dois) pesquisadores (as).

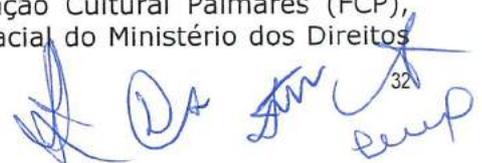
- Reuniões de trabalho do CTSPN-DF.
- Elaboração do Plano de Trabalho do CTSPN-DF.
- Elaboração de campanhas sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra no âmbito da SES-DF.
- Parceria para realização de seminários e espaços de capacitação do corpo técnico do CTSPN-DF.
- Participação e apoio ao II Seminário Internacional de Populações em Vulnerabilidade (OBVUL).
- Reuniões técnicas com o departamento de apoio a gestão participativa do Ministério da Saúde (MS).
- Solicitação de emendas para o desenvolvimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra do Distrito Federal.
- Desenvolvimento e trâmite do Termo de Cooperação Técnica entre a FEPECS e escolas implantadas para o desenvolvimento da temática.
- Apoio junto à Fundação Hemocentro de Brasília (FHB-DF) para a reformulação da Portaria nº 292, de 31 de outubro de 2013, que, em seu art. 1º, atribui competência no âmbito da SES-DF a FHB-DF para coordenar e regular a atenção integral aos pacientes com hemoglobinopatias hereditárias (doença falciforme).
- Gravação de especiais junto à TV Saúde do MS.
- Participação da Secretaria no Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2017).

Povos e Comunidades Tradicionais

- Articulação para inclusão dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT (Lei Distrital nº 1.572/97) junto à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI).

- Articulação e apoio ao Projeto de Mapeamento de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Distrito Federal - 1ª etapa - cartografia básica. O projeto busca construir uma cartografia básica mostrando a localização dos sítios religiosos de matriz africana existentes no Distrito Federal, construindo um banco de dados com referências espaciais (coordenadas geográficas e utm*), registro fotográfico da fachada do terreiro e outras informações possíveis de colher.

- Realização de reuniões de articulação entre a Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos



32

Humanos (SEPPIR/MDH), Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), SEDESTMIDH, UNB e sociedade civil.

Palestras e Capacitações

- Aula expositiva sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 40 (quarenta) gestores da SEDESTMIDH no III Módulo do Curso de Gerentes da SEDESTMIDH, na EGOV, em 04/07/2017.
- Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações da Secretaria para 150 (cento e cinquenta) alunos da Fábrica Social, Unidade II, em 29/08/2017.
- Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 80 (oitenta) pessoas no VI Fórum de Gestão de Pessoas, na EGOV, em 29/08/2017.
- Palestra sobre Relações Raciais e Racismo Religioso no evento "IFB Debate!" para 100 (cem) alunos no Instituto Federal de Brasília, Campus São Sebastião, em 31/10/2017.
- Palestra sobre Igualdade Racial para 150 (cento e cinquenta) alunos do Curso de Produção e Cultivo de Alimentos e Construção Civil da Fábrica Social, Unidade II, em 03/10/2017.
- Palestra sobre Relações Raciais e Enfrentamento ao Racismo para 40 (quarenta) alunos do Curso de Pedagogia da Faculdade Projeção na "Jornada Acadêmica Faculdade Projeção de Sobradinho", em 08/11/2017.
- Palestra sobre o "Dia da Consciência Negra" e Enfrentamento ao Racismo para 60 (sessenta) alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Projeção, Unidade Guará II, em 20/11/2017.
- Palestra sobre Relações Raciais e Enfrentamento ao Racismo no Centro Salesiano do Menor (CESAM) na Ceilândia, para 140 (cento e quarenta) pessoas, nos dias 20, 21 e 22/11/2017.
- Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 200 (duzentas) pessoas na "Jornada Acadêmica" do Centro Universitário Projeção, Campus Taguatinga, em 21/11/2017.

Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial

- Elaboração da Minuta do Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial.
- Desenvolvimento e trâmite do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Convênio Seppir Comunidade

- Análise e reformulação do Plano de Trabalho. É um projeto em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos (SEPPIR/MDH), que combina uma estratégia de diagnóstico participativo com ações de capacitação para lideranças locais por meio de seminários, palestras, oficinas e debates.
- O objetivo do Projeto é descentralizar as ações da Secretaria, interagindo com os movimentos sociais, com vistas ao estabelecimento de redes de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, dentro das regiões administrativas do Distrito Federal, especialmente aquelas em que há um maior percentual da população negra.

IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial

- Elaboração da minuta do Regimento Interno na IV CODIPIR.
- Elaboração da minuta do Caderno de Orientações para realização das Conferências Livres de Igualdade Racial.

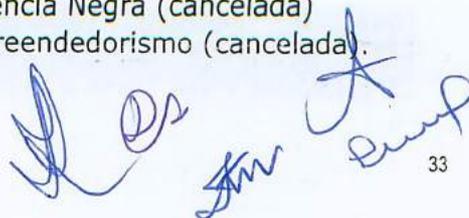
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

- Participação nas reuniões técnicas.
- Desenvolvimento e trâmite do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Campanhas Publicitárias 2017

Campanhas produzidas, porém, não lançadas por falta de recursos:

- Elaboração e trâmite da Campanha do Quesito Raça/Cor/Etnia (cancelada);
- Elaboração e trâmite da Campanha do Disque Racismo (cancelada);
- Elaboração e trâmite da Campanha Mês da Consciência Negra (cancelada)
- Elaboração e trâmite da Campanha sobre Afroempreendedorismo (cancelada).



Ações de Prevenção e Combate à Homofobia

A Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Igualdade racial e Direitos Humanos possui em sua estrutura administrativa a Coordenação de Diversidade, que integra a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), é a unidade responsável por articular, fomentar, orientar e acompanhar as políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em âmbito governamental.

No que tange às ações de prevenção e combate à homofobia desenvolvidas no exercício de 2017, cabe destacar:

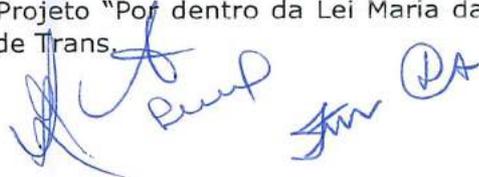
- Publicação do Decreto nº 37.982, de 30 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros - no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal;
- Publicação da Portaria Conjunta nº 03, de 21 de junho de 2017, entre a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e a SEDESTMIDH, que dispõe sobre instruções adicionais aos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal para o cumprimento do Decreto nº 37.982, de 30 de janeiro de 2017;
- Publicação do Decreto nº 38.025, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a criação do Comitê Intersectorial de Promoção dos Direitos e da Cidadania da População LGBT;
- Publicação do Decreto nº 38.292, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre a criação, composição, estruturação e funcionamento do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- Publicação do Decreto nº 38.293, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual do indivíduo. Atualmente o Decreto que regulamenta a referida Lei está no Supremo Tribunal Federal para julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Acompanhamento da implantação do Ambulatório Trans de assistência especializada às pessoas travestis e transexuais na rede pública de saúde do Distrito Federal;
- Realização da Semana Distrital de Luta contra a AIDS, entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2017, em conjunto com as demais Secretarias de Estado do Distrito Federal e organizações da Sociedade Civil;
- Realização de palestras para servidores do GDF e comunidade sobre a temática LGBT.

Desenvolvimento de Ações de Defesa, Garantia e Ampliação dos Direitos das Mulheres

No ano de 2017, foram desenvolvidas ações de defesa, garantia e ampliação dos direitos das mulheres, realizando o monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres. Tendo como objetivo ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos por meio do desenvolvimento de ações intersectoriais que visem contribuir para a equidade de gênero e a emancipação das mulheres no âmbito do Distrito Federal.

O do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres foi aprovado por meio do Decreto nº 35.268, de 27 de março de 2014, que também instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento. No seu período de vigência, Biênio 2014- 2015, houve redução da participação social no processo de execução e monitoramento deste Plano Distrital. Em relação ao período de sua atuação, foi elaborado um relatório contendo o percentual de ações concluídas, em andamento e não iniciadas.

Em prol da ampliação e defesa dos direitos das mulheres, foram realizadas 14 (quatorze) palestras relacionadas com as políticas para as mulheres, bem como enfrentamento à violência. Dentre elas, as do Projeto "Por dentro da Lei Maria da Penha", Cine-Debate Viver Trans e Semana da Visibilidade Trans.



Foram realizadas também diversas reuniões com temas variados relacionados às questões de gênero. Tais atividades aconteceram sem necessidade de recursos financeiros, somente por meio de parcerias.

Em 2017, aconteceu a I Conferência Distrital de Saúde da Mulher, onde servidoras da Secretaria participaram ativamente, inclusive na relatoria. Uma servidora foi eleita delegada.

Outra atividade em que a Pasta de Mulheres esteve envolvida foi o "Mutirão do Sistema Prisional", onde aconteceram rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e foi oferecido atendimento psicossocial aos familiares dos internos e internas. O mutirão foi realizado na Penitenciária Feminina de Brasília e no Complexo Penitenciário da Papuda.

Aconteceu, ainda, a abertura da V Semana Justiça pela Paz em Casa. Um projeto participante da Campanha Nacional iniciada pela Ministra Carmem Lúcia e que objetiva maior conscientização e destaque para as questões voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher e implementação de todas as diretrizes preconizadas na Lei Maria da Penha. O evento é proposto pelo Núcleo Judiciário da Mulher com o envolvimento dos atores que compõem a rede de enfrentamento e de acolhimento às mulheres. Neste ano, para celebrar essa data, tivemos a realização, na Casa da Mulher Brasileira (CMB), do evento Maria da Penha vai até você, promovido pelo Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Várias atividades aconteceram, como palestra de marketing pessoal, atendimento pelo Instituto Hélio Diff, entre outros.

No final do ano, houve o lançamento da "Capacitação de Metroviários para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres" na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM). Incluiu-se palestra para a equipe de metroviários com o envolvimento da equipe da Secretaria e integração do calendário de ações dos 16 Dias de Ativismo.

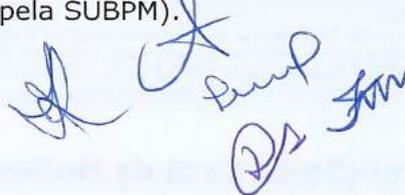
Campanhas

- **Dia Internacional da Mulher** (realização da Oficina de Krav Maga; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial; evento de apresentação da peça "I Will Survive" para as mulheres atendidas nas unidades; audiência Pública sobre Femicídio na Câmara Legislativa do Distrito Federal; palestras ministradas em diversos locais).

- **Aniversário da Lei Maria da Penha** (realização de Oficinas; cines debate; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial, inclusive na Caravana do Idoso com Tema: 2º Circuito Mulheres Empreendedoras Eixo - Idosas, realizada no Céu das Artes do Recanto das Emas; palestras ministradas em diversos locais).

- **Outubro Rosa** (realização da "Caminhada Outubro Rosa" no Parque da Cidade para conscientização sobre a importância da prevenção ao câncer de mama; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial; painel Outubro Rosa sobre saúde da mulher; oficinas; seminários).

- **16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher** (realização do ato "He For She" na Rodoviária do Plano Piloto contra a violência sexual de meninas e mulheres; solenidade de assinatura do Termo de Cooperação do Programa de Segurança Preventiva para Mulheres em Medida Protetiva de Urgência; capacitação de Metroviários para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres; solenidade dos 16 Dias de Ativismo no Salão Branco com a inauguração da exposição itinerante do Projeto "Mulheres Inspiradoras" do CEF do Gama; capacitação oferecida em parceria com o SEBRAE para as expositoras da Feira das Mulheres do Campo e Cerrado, organizada pela SUBPM).



6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	2.510.000,00	7.392.266,14	647.717,34	467.428,31
0002 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA--DISTRITO FEDERAL	2.510.000,00	7.392.266,14	647.717,34	467.428,31
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	210.000,00	984.536,00	657.331,46	615.426,93
0008 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR-- DISTRITO FEDERAL	210.000,00	984.536,00	657.331,46	615.426,93
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	500.000,00	251.084,00	196.211,25	196.211,25
3849 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	251.084,00	196.211,25	196.211,25
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3.220.000,00	8.627.886,14	1.501.260,05	1.279.066,49

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1604 - TAXA DE FEMINICÍDIOS	13	%	12	-	10	-	7	5	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência.									
1605 - TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS	27	%	26	-	22	-	17	12	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.									
1606 - TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	1,5	%	1,4	-	1,3	-	1,2	1,1	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5)
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.									
1607 - TAXA DE PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	0,18	%	0,15	-	0,12	-	0,10	0,08	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Conforme tratativas junto a SEPLAG (Lei 6.061/2017), o referido indicador foi retirado do PPA em razão da inexistência de informações acerca da memória de cálculo necessária para aferição das taxas. Nesse sentido, não é possível aferir o indicador									

Manutenção da Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira - CMB foi instituída pelo Decreto nº 8.086, 30 de agosto de 2013, como uma das ações do Programa Mulher, Viver sem Violência, constituindo

se de um espaço público que tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados para as mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia econômica permitindo que elas saiam do ciclo da violência. No Distrito Federal, a CMB foi inaugurada no dia 02 de junho de 2015, como a segunda Casa do País.

De acordo com a legislação em vigor, a Casa da Mulher Brasileira está organizada e dispõe da seguinte estrutura: Recepção, Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacias Especializadas; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Promotoria Especializada; Defensoria Pública; Serviço e Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de Cuidado para Crianças – brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transportes.

Gestão do Convênio

Para a implementação dos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira (CMB), foi firmado o Convênio SICONV nº 816307/2015, entre a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o GDF, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (SEDESTMIDH), cujo objeto é a "Manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal", conforme Processo Administrativo nº 419.000.057/2015.

O Plano de Trabalho original do convênio prevê um repasse financeiro total por parte da SPM/PR no valor de R\$ 13.739.721,86 (treze milhões, setecentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), subdividido em 03 (três) parcelas.

Também está previsto no Plano de Trabalho uma contrapartida por parte do GDF no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Dessa forma, o valor global do atual Convênio é de R\$ 13.753.721,86 (treze milhões, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos). Foi depositado em conta específica pela SPM/PR o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e pelo GDF o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme publicações do Decreto nº 36.531, de 02 de junho de 2015 e da Portaria nº 79, de 05 de junho de 2015, no Diário Oficial do Distrito Federal.

Esse valor foi dividido em aquisição de bens permanentes, aquisição de bens de consumo e contratação de serviços necessários para o pleno funcionamento da CMB. Para a viabilidade da execução dos recursos financeiros disponibilizados, foram realizados, até 2017, três ajustes do Plano de Trabalho

Após tratativas, a equipe da Secretaria concluiu o 3º ajuste que foi encaminhado à SPM/PR na data de 30/10/17 com a aprovação das áreas responsáveis. Sendo este analisado pela SPM/PR. Conforme o Parecer nº 12/2017/CGSIAM/SNPM/SEGOV/PR, todos os itens foram aprovados, com exceção da contratação de empresa especializada em fornecimento de material gráfico, pois, segundo análise, esse item descaracteriza a execução do objeto.

Em abril de 2017, foi realizada a solicitação de prorrogação da vigência do convênio por mais um ano que foi aprovada pela SPM/PR. Atualmente, o instrumento possui validade até 13/05/2018. Desta forma, o GDF possui maior tempo para a aplicação dos recursos disponíveis do convênio, como também aumentar sua execução, dependente diretamente da aprovação pela SPM/PR do terceiro ajuste do Plano de Trabalho.

O convênio da CMB possui 06 (seis) contratos vinculados. Em 2016, eram apenas 03 (três), sendo eles: serviços de luz, serviços de água e esgoto e serviços de copeiragem. No decorrer de 2017, foram contratados os seguintes novos serviços:

- Contrato de serviços de alimentação: participação no processo de contratação de empresa para fornecimento de refeições da SEDESTMIDH.

- Sub-rogação do serviço de limpeza: a sub-rogação foi concluída na data de 14/08/2017, conforme publicação no DODF do Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 16/2014.

- Contratação do serviço de recepção: o processo de contratação foi concluído na data de 29/11/17.

Além das contratações citadas, existem dois processos de contratação em andamento:

- Contratação do serviço de transporte;
- Adesão pela CMB à contratação global realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG do GDF do serviço de vigilância patrimonial: o total de postos contratados para prestarem serviço na CMB são de 06 (seis) postos (três diurnos e três noturnos), totalizando em doze vigilantes.

É importante destacar que, embora a CMB/DF não esteja funcionando de forma ininterrupta, o objeto do convênio está sendo cumprido, pois estão sendo realizados os atendimentos das mulheres encaminhadas, como também outras ações e projetos. As adequações realizadas no Plano de Trabalho do convênio, como a efetiva realização das contratações acima, aumentarão a execução total dos recursos disponibilizados

Serviço de Promoção da Autonomia Econômica

O Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAEE) conta com uma sala destinada a cursos profissionalizantes presenciais e à distância. O Projeto SPAEE propõe um trabalho em duas frentes: articulação e atendimento. Na primeira frente, estão as parcerias e projetos estabelecidos e, na segunda, o atendimento às mulheres em situação de violência e em busca de sua autonomia econômica, por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho.

Uma das principais conquistas para a política de promoção da autonomia econômica foi o Termo de Cooperação Técnica assinado entre SEDESTMIDH e o Senado Federal. Destinando 2% (dois por cento) das vagas de novas contratações de terceirizados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No ano de 2017, ocorreu a contratação para a vaga de atendente, com o período de seleção no mês de maio. Na oportunidade, foram entrevistadas mulheres atendidas que possuíam o perfil profissional solicitado pela empresa e encaminhou 8 (oito) currículos, dividindo a seleção com mulheres também encaminhadas por outros equipamentos da Secretaria.

Na questão de profissionalização, foram qualificadas 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – Secretaria de Estado de Educação. Este ano foram realizados a seleção e encaminhamento para matrícula nos cursos e os mapas da vida em todas as turmas que ocorreram em diversas regiões administrativas do Distrito Federal, como Cruzeiro, Recanto das Emas, Gama e Estrutural.

Outra parceria importante ocorreu com a Associação de Amigos da Embaixada da Austrália, que organizou um evento e destinou toda a sua arrecadação para a formação continuada de mulheres atendidas. Essa arrecadação custeou o pagamento da profissional de educação capacitadora das mulheres oriundas do curso de Massoterapia, além de auxiliar no seu transporte para realizarem o curso. Foram atendidas no total 21 (vinte e um) mulheres.

Além destas articulações da frente de qualificação, realizamos as seguintes ações:

- Realização de matrículas de mulheres nos cursos ofertados pelos Campis do Instituto Federal de Brasília. Incentivamos a matrícula no Educação de Jovens e Adultos (EJA) para elevação de escolaridade, divulgando os prazos de inscrição na rede pública de ensino pelo 156.
- Realização de parceria com o Instituto Marista de Solidariedade para mulheres interessadas no tema Economia Solidária.
- Palestras sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o "Mulheres de Hamsá".



- Parceria com o Instituto Íthaka e Grupo Salto Alto que ofertaram oficinas de Design Thinking, voltado para organização profissional e pessoal.
- Capacitação, através do Qualifica DF, com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e um) mulheres.
- Em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 2 (dois) minicursos de Educação Financeira, atendendo a 66 (sessenta e seis) mulheres.

Entregas da Casa da Mulher Brasileira - CMB

- Terceiro ajuste do Plano de Trabalho do convênio da CMB: após diversas tratativas, a equipe da SEDESTMIDH concluiu o novo ajuste que foi encaminhado à SPM/PR em outubro/2017, com a aprovação das áreas responsáveis;

- Renovação vigência do convênio por mais 01 (um) ano, tendo sua validade prorrogada para a data de 13/05/2018;

- Celebração de 03 (três) novas contratações vinculadas ao convênio da CMB, quais sejam: serviço de fornecimento de refeições prontas, sub-rogação do contrato de vigilância e serviços de recepção;

- Ampliação das demandas com uma média de 179 (cento e setenta e nove) atendimentos mensais;

- Elaboração do Regimento Interno conforme Grupo de Trabalho estabelecido na Ordem de Serviço nº 01, de 20 de junho de 2017;

- Manutenção do Grupo Vida Mulher com encontros semanais;

- 09 (nove) Projetos e Parcerias;

- 08 (oito) ações continuadas;

- 85 (oitenta e cinco) ações realizadas em 2017;

- Formação de 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – Secretaria de Estado de Educação;

- Seleção e encaminhamento de mulheres atendidas para preencher vaga de atendente ofertada pelo Senado Federal;

- Formação de 71 (setenta e um) Mulheres do Curso de Recolocação Profissional;

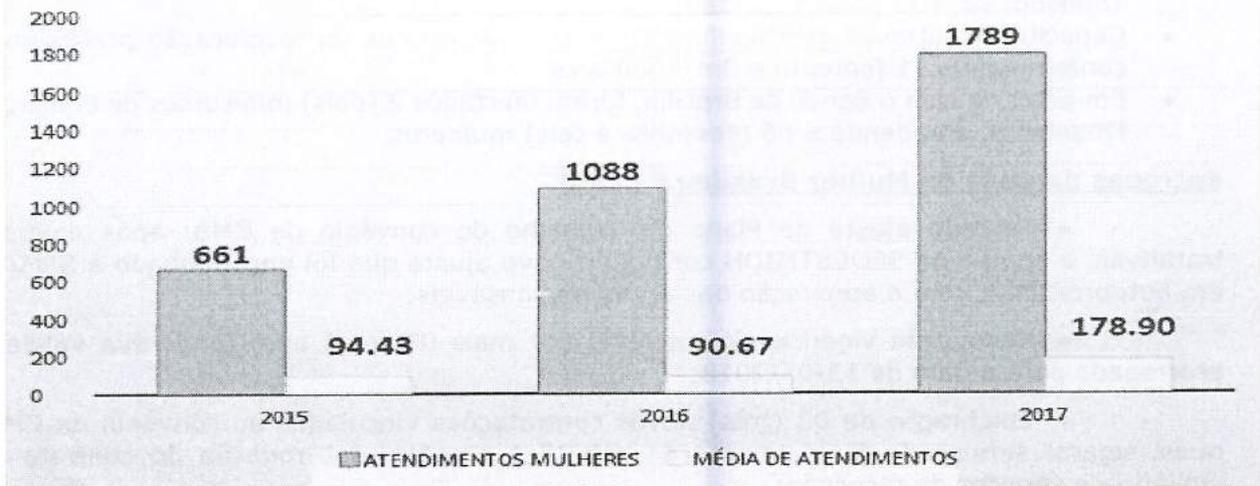
- Em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 2 (dois) minicursos de Educação Financeira atendendo a 66 (sessenta e seis) mulheres;

- 4020 (quarto mil e vinte) Visitas/Atividades/Eventos (reuniões internas e externas, capacitação dos servidores, apresentação dos serviços, campanhas, reuniões da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e outros);

- Projeto de Atendimento Integrado: projeto que visa estruturar e propiciar o atendimento integrado para os casos de mulheres em situação de violência previamente selecionados pelos serviços de atendimento por meio do estudo de caso e de atendimento entre os órgãos. O projeto teve seu início em junho de 2017;

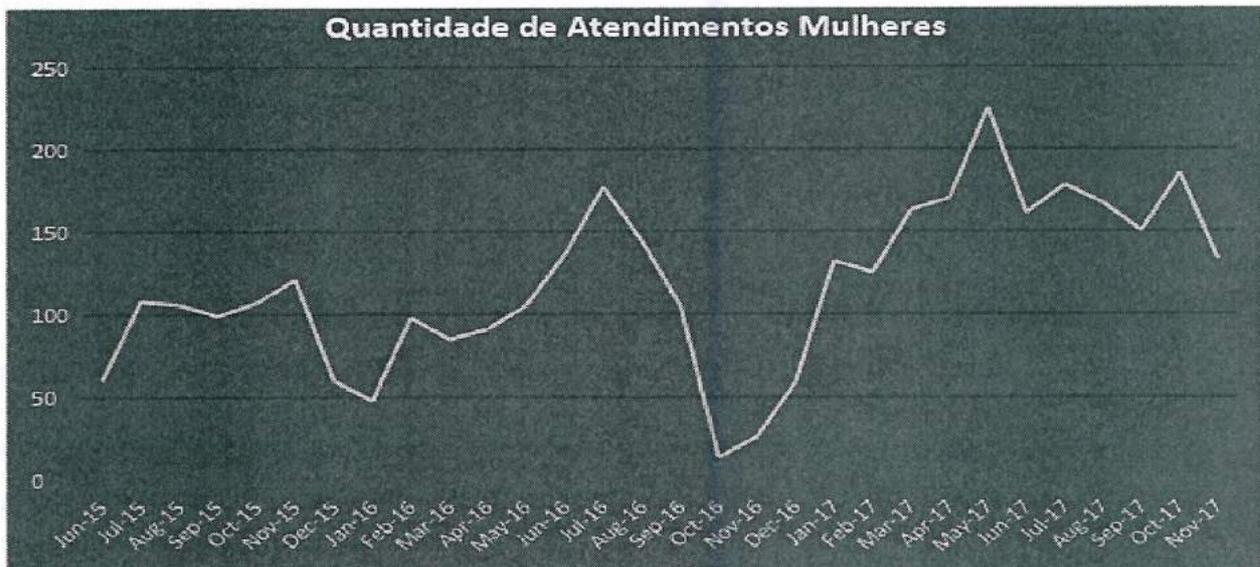
- Celebração do Termo de Cooperação Técnica entre a SEDESTMIDH e a AEUDF para a proposta de supervisões regulares aos servidores que atuam no atendimento direto às mulheres. Totalizando cinco encontros, realizados quinzenalmente com duração de 90 (noventa) minutos. O projeto teve seu início em setembro de 2017.

Evolução número/média de atendimentos



***Dados computados até novembro/2017**

Quantidade de Atendimentos Mulheres



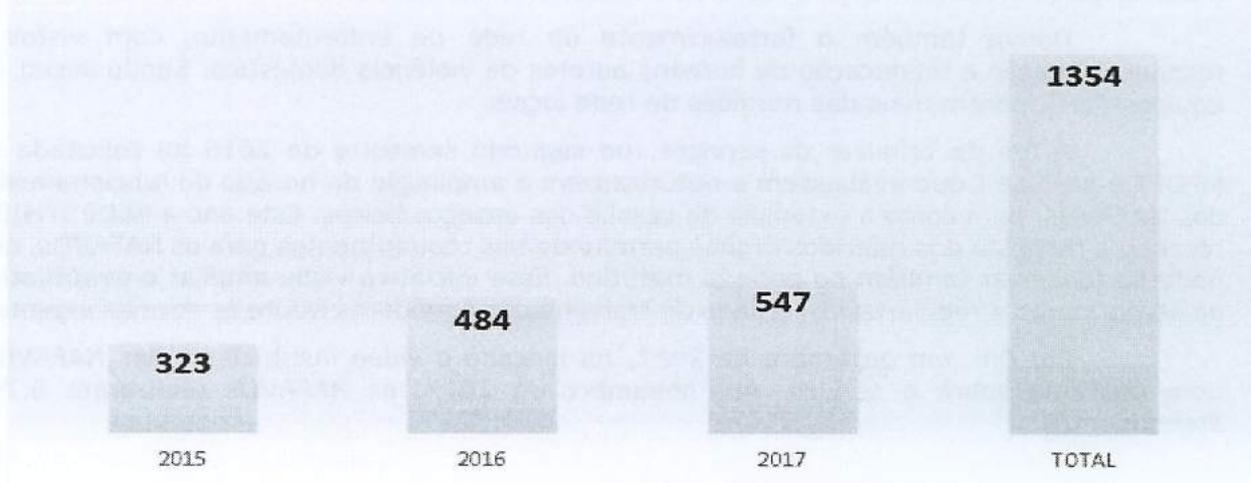
***Dados computados até novembro/2017**

[Handwritten signature]
 @



***Dados computados até novembro/2017**

Número de mulheres atendidas pela CMB desde sua inauguração



***Dados computados até novembro/2017**

Manutenção das Unidades de Atendimento à Vítima e ao Agressor (Casa Abrigo e NAFAVDs)

No ano de 2017, até novembro, a Casa Abrigo acolheu 113 (cento e treze) mulheres e 115 (cento e quinze) crianças e adolescentes, totalizando 228 (duzentos e vinte e oito) pessoas que foram acompanhadas pela equipe multidisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogas, Advogadas e Psicólogas, para realização do acompanhamento psicossocial, pedagógico e jurídico, bem como de orientações e encaminhamentos.

Pensando na inclusão produtiva e geração de renda para as mulheres acolhidas, foram realizadas 168 (cento e sessenta e oito) oficinas relacionadas ao Projeto ELAS (fuxico, bordado, tecelagem, bijuterias, reciclagem e atividades lúdicas e informativa).

Quanto aos servidores, 36 (trinta e seis) participaram de capacitações ao longo do ano, tais como Curso sobre Álcool e Drogas (CRR/UNB), Cursos de Gerentes (SEDESTMIDH

[Assinaturas manuscritas]
41

/EGOV), Curso de Redação Oficial (SEDESTMIDH/EGOV), Capacitação para Entrevistadores do CadÚnico, Capacitação do SEI e Oficinas "Círculos Restaurativos" organizadas com a ESPERE - DF.

Além disso, em 2017, houve a mudança da Casa Abrigo para novo imóvel. Foram feitas obras de adaptação dos espaços na lavanderia, no parquinho, no cabeamento de rede, no depósito, no repouso dos servidores do plantão, na sala dos PMs, e etc. Tudo isso visando melhor funcionamento do serviço. Também foi providenciado o acesso à rede internet e intranet, além da instalação de uma linha telefônica.

Por fim, a Casa Abrigo está aprimorando o fluxo de encaminhamentos para proporcionar a integralidade do atendimento e garantir a continuidade do acompanhamento nos pós-desligamentos. Diversos serviços fazem parte da rede da Casa Abrigo e foram acionados em 2017, como HMIB, PAVs, HRAN, ISM, UNB, CAPS, Conselhos Tutelares, unidades da Rede Pública de Ensino, CRAS, CREAS, DEAM, Previdência Social, entre outros.

Até novembro de 2017, a Casa Abrigo realizou 2.184 atendimentos.

Em relação aos Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVDs, as 9 (nove) unidades que compõem o serviço realizaram o acompanhamento psicossocial com homens e mulheres envolvidos/as em situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, tipificadas pela Lei Maria da Penha, promovendo a equidade de gênero e a cultura de paz por meio do empoderamento de mulheres e da responsabilização de autores/as. Além do atendimento individual, o serviço é oferecido em grupo, tanto para homens quanto para mulheres.

Ainda, foram promovidas palestras e rodas de conversas com as comunidades locais a fim de divulgar a Lei Maria da Penha e discutir as questões de gênero envolvidas nesses casos, colaborando, dessa forma, para a conscientização da população e, assim, para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Houve também o fortalecimento da rede de enfrentamento, com vistas à responsabilização e reeducação de homens autores de violência doméstica. Sendo assim, as equipes participaram mais das reuniões de rede locais.

A fim de otimizar os serviços, no segundo semestre de 2016 foi solicitado ao MPDFT e ao TJDFT que avaliassem e autorizassem a ampliação do horário de funcionamento dos NAFAVDs, bem como a extensão da cessão dos espaços físicos. Este ano a SEDESTMIDH recebeu a resposta dos referidos órgãos permitindo tais requerimentos para os NAFAVDs, que poderão funcionar também no período matutino. Essa iniciativa visou ampliar o quantitativo de atendimento e regularizar a jornada de trabalho dos servidores frente às normas vigentes.

Por fim, em dezembro de 2017, foi lançado o vídeo institucional dos NAFAVDs, uma memória sobre o serviço. Até novembro de 2017, os NAFAVDs realizaram 6.793 atendimentos.

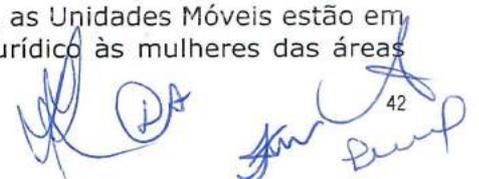
Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (Unidades Móveis e CEAMs)

Para a implementação das Unidades Móveis no DF e sua manutenção, foi firmado em 2013 o Convênio Nº 800073/2013 – SPM/PR, celebrado entre o GDF e a União por meio da atual SEDESTMIDH e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, conforme o Processo Administrativo Nº 419.000005/2014.

O Plano de Trabalho do convênio previa o repasse da União para o Distrito Federal de R\$ 306.000,00, subdividido em 2 parcelas. Coube ao GDF a contrapartida no valor de R\$ 34.670,68, totalizando R\$ 340.670,68 como valor global do convênio.

O convênio foi prorrogado em 2015, com vigência de 2 (dois) anos, e encerrou-se em março de 2017, quando foi autuado o processo 0431-000467/2017 para devolução do saldo remanescente, visto que não houve a execução dos recursos financeiros provenientes.

Mesmo com as dificuldades de execução financeira, as Unidades Móveis estão em pleno funcionamento e levaram atendimento psicossocial e jurídico às mulheres das áreas



42

rurais do Distrito Federal, com a realização de 36 (trinta e seis) ações em diversas localidades do DF até novembro de 2017.

A equipe das Unidades Móveis atuou na conscientização das comunidades rurais acerca dos direitos da mulher, Lei Maria da Penha e violência doméstica, realizando palestras, rodas de conversa e a distribuição de materiais informativos. Essas ações são definidas pelo Fórum Distrital Permanentes das Mulheres do Campo e Cerrado e alcançaram mais de 800 (oitocentas) pessoas até novembro de 2017.

Foram empenhados esforços na manutenção e criação de parcerias, no intuito de ofertar mais serviços às comunidades rurais, tais como, saúde, lazer, esporte, benefícios sociais e capacitação profissional.

Destaca-se, também, o lançamento da Feira das Mulheres do Cerrado, criada a partir de demandas levantadas no Fórum pelas mulheres que não conseguiam escoar a produção de artesanato e itens alimentícios a fim de complementar a renda familiar, além do trabalho rural.

Dessa forma, em outubro de 2017, foi lançado o Edital do Processo Seletivo e aberto o período de inscrições para que as artesãs interessadas pudessem ter seus produtos avaliados a partir de quesitos como originalidade, qualidade, acabamento, técnica e atributos culturais e naturais referentes a identidade de Brasília e do Cerrado, comercializando-os na Feira. Com vistas a capacitar as artesãs com técnicas comerciais e atendimento ao público, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), oferecemos uma série de palestras sobre esses temas. A 1ª Edição da Feira foi realizada entre os dias 8/12 e 10/12 e a 2ª Edição entre os dias 15/12 e 17/12.

Em parceria com a SETUR, foram emitidas carteiras nacionais do artesão que, entre outros benefícios, possibilitam à artesã a participação em feiras de artesanato nacionais e internacionais, em oficinas e cursos de artesanato e o acesso a incentivos fiscais.

Com vistas ao planejamento das ações/atividades das unidades móveis, levantamento de demandas e discussão das políticas públicas de atenção das mulheres do campo foram realizadas 05 (cinco) reuniões do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado.

Até novembro de 2017, as Unidades Móveis realizaram 856 (oitocentos e cinquenta e seis) atendimentos.

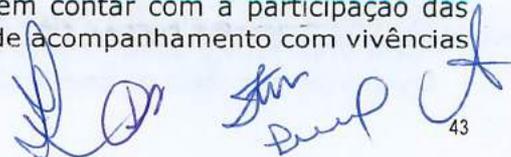
Em relação aos Centro Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs, foi ofertado acompanhamento psicossocial e jurídico às mulheres envolvidas, ou não, em situações de violência doméstica e familiar, promovendo a equidade de gênero e empoderamento.

Além do acompanhamento psicossocial, os CEAMs proporcionaram palestras e rodas de conversas com as comunidades locais, a fim de divulgar a Lei Maria da Penha e discutir as questões de gênero envolvidas nos casos de violência contra as mulheres. Colaborando, dessa forma, para a conscientização da população e, assim, para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.

É importante mencionar que os CEAMs foram implementados no Distrito Federal por meio do Convênio nº 186/2013, celebrado entre o GDF e a SPM/PR, cujo objeto era equipar 6 (seis) Centros Especializados de Atendimento à Mulher. O referido convênio findou-se em 2015, sendo que os serviços foram custeados a partir de então pelo GDF (fonte 100). Na Proposta Orçamentária 2018, está prevista a construção de uma unidade do CEAM no Gama, que será a 5ª unidade deste serviço.

Em 2017, os CEAMs Ceilândia e Planaltina implantaram a busca ativa de demandas de atendimento por meio do acolhimento em grupo das mulheres em situação de violência que são encaminhadas pelas Delegacias de Polícia. Além disso, através de parcerias, os CEAMs têm realizado oficinas de técnicas de artesanato e arte terapia.

Também foram planejadas ações que pudessem contar com a participação das mulheres atendidas de forma a ampliar as possibilidades de acompanhamento com vivências



externas à unidade, favorecendo o encontro com outras mulheres que também estão passando pelo mesmo processo de fortalecimento nos demais equipamentos da CEVICOM.

Até novembro de 2017, os CEAMs realizaram 3.426 atendimentos.

Informações complementares

Em 2017, foi realizado o IV Encontro de Mulheres de Terreiro do Centro Oeste, nos dias 16/12/17 e 17/12/17, das 9h às 18h, no Centro Espirita Caboclo Boiadeiro – AR 6 – Área Especial 2 Lote 01 – Sobradinho II. Contou com a participação de 1.600 (mil e seiscentas) pessoas em rodas de conversas, conferências, oficinas, coaching e roda de samba, promovendo ações afirmativas de empoderamento feminino, combate a todos os tipos de violência de gênero, principalmente às mulheres de terreiro, do campo, quilombolas, ciganas, negras, de matriz africana e LGBT.

Outra emenda foi a do Projeto Roda de Mulheres, foi realizada a primeira atividade prevista no Plano de Trabalho no dia 29/12/17 e, durante o ano de 2018, serão realizados 41 (quarenta e um) encontros com as servidoras para capacitação, 10 (dez) oficinas com as usuárias dos equipamentos e ainda 10 (dez) encontros culturais nos equipamentos. Estas rodas de mulheres possibilitam o contato com 7 (sete) elementos do universo feminino - autoestima, autoimagem, limites, violência, prevenção de doenças, sexualidade, trabalho, família, entre outros. Favorecendo sua ampliação por meios criativos.

Este ano, foi firmado o Acordo de Cooperação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal para destinação de 2% das vagas de contratos terceirizados para mulheres em situação de violência, viabilizando a autonomia econômica das atendidas nas unidades da SEDESTMIDH.

Da mesma forma, foi firmado o Acordo de Cooperação com o Senado Federal para destinação de 2% das vagas de contratos terceirizados para mulheres em situação de violência, viabilizando a autonomia econômica das atendidas nas unidades da CEVICOM.

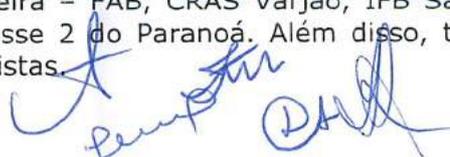
Em 2017, iniciou-se o projeto piloto do Dispositivo de Segurança que faz parte da implementação do Programa de Segurança Preventiva para as Mulheres em Medida Protetiva de Urgência. Esse programa, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, visa resguardar o atendimento priorizado às mulheres cadastradas, por intermédio da implantação de um aplicativo chamado Viva Flor. A SEDESTMIDH, por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, faz parte do Comitê Executivo Operacional do Programa, tendo participado de várias reuniões ao longo do ano. Os servidores do CEAM IV foram treinados no dia 01/12 pela SSP-DF para instalação do aplicativo.

Também ocorreu a elaboração do Termo de Referência para a Contratação de Serviço de Alimentação para a Casa Abrigo e de Kits Lanches para as demais unidades em fase de licitação.

Foram formalizados os Grupos de Trabalho para elaboração dos Manuais de Procedimentos das Unidades, bem como protocolos de atendimento por meio da publicação da Ordem de Serviço nº 01, de 20 de junho de 2017; a elaboração e monitoramento do Mapa e do Planejamento Estratégico da maior parte das unidades; a conclusão do Mapeamento de Competências das unidades; as Oficinas de Indicadores, para a elaboração de um sistema de dados que mensurem os números de atendimento de mulheres de todos os equipamentos que trabalhem com esse público. O grupo é constituído de representantes de várias áreas da SEDESTMIDH.

Projetos/Parcerias

- Apresentação e divulgação dos serviços nas Redes Sociais: os serviços de atendimentos às mulheres a pauta “violência contra à mulher” são apresentados em redes sociais e equipamentos da rede de apoio. Também durante alguns eventos, a equipe esteve presente em stands com a divulgação do trabalho. Foram dadas algumas capacitações sobre violência contra à mulher, como, por exemplo, a servidores da CODEVASF, Unidade Básica de Saúde 01 Centro de Saúde de Brasília 08, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, Força Aérea Brasileira – FAB, CRAS Varjão, IFB São Sebastião e Estrutural, Provid Santa Maria e Escola Classe 2 do Paranoá. Além disso, também houve divulgação por meio da concessão de entrevistas.



- Projeto Curta Maria: iniciativa da Casa da Educação Anísio Teixeira, visando o estímulo da produção de vídeos durante as comemorações dos 10 (dez) anos da Lei Maria da Penha para alunos do ensino público. Foram selecionados, em 2016, 05 (cinco) vídeos pela comissão julgadora composta. Sendo inéditos sobre a LMP com, no mínimo, 03 (três) minutos e, no máximo, 05 (cinco) minutos, destinados à veiculação nas redes de difusão audiovisual e online das entidades. Como início do concurso, houve uma jornada de 01 dia, coordenada pedagogicamente pela Casa da Educação Anísio Teixeira, para sensibilização, motivação e orientação quanto ao processo de participação. A equipe da CMB participou deste projeto no ano de 2016 em parceria com o CJM\TJDFT e com as mulheres atendidas, que foram convidadas a participar na comissão final de julgamento dos curtas, realizado em 2017.

- Cursos de Qualificação PRONATEC/Mulheres Mil: a Secretaria de Educação propôs a pactuação de cursos ofertados pelo programa PRONATEC/ Mulheres Mil no segmento, onde foi possível o encaminhamento para a CMB. Foram ministrados diversos cursos até dezembro deste ano em muitas regiões administrativas do Distrito Federal. Esses cursos são um desdobramento do SPAE da CMB e envolvem as 3 (três) coordenações da Pasta de Mulheres. Além do encaminhamento de mulheres, a SUBPM participou do programa com a sensibilização dos professores, aula inaugural, desenvolvimento do Mapa da Vida, palestras sobre tipos de violências e atendimento psicossocial.

- Roda de Conversa: Atividade voltada para os servidores com a proposta de qualificação acerca das temáticas que envolvem a políticas de atendimento às mulheres com o convite externo para pautas especializadas. Surgiu pelo anseio do núcleo psicossocial em estar mais próximo dos outros órgãos e serviços, dialogando para melhor atendimento às mulheres na CMB. As rodas de conversa pensadas para este mês foram sobre masculinidade e mulheres estrangeiras.

- Curso de Recolocação Profissional: projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pelos equipamentos públicos. Este projeto é um desdobramento do SPAE da CMB e já teve duas turmas concluídas.

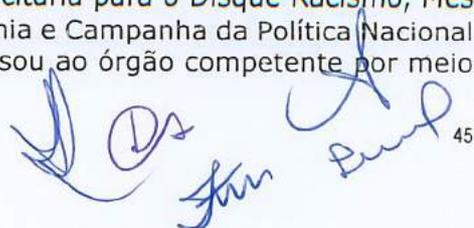
- Minicurso de Educação Financeira com o Banco de Brasília: este ciclo de curso se desdobra em parceria com o Banco de Brasília, estendendo o seu tradicional programa de educação financeira às mulheres atendidas pela comunidade como forma preventiva no enfrentamento à violência por meio do fortalecimento e controle de sua renda. Capacitando para o planejamento de gastos e possibilidades de investimentos. Ocorreram 2 (dois) cursos durante o ano de 2017, 1 (um) por semestre.

- Parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB): iniciada, este ano, para desenvolver cursos e projetos que possam atender as mulheres acompanhadas pela CMB, juntamente com o IFB. Ademais, atender uma solicitação feita pela Reitoria para realizar ações de enfrentamento à violência de gênero em seus 10 (dez) campos. Em razão disso, o IFB já desdobrou o interesse em firmar um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria, a fim de promover ações com os outros equipamentos da SEDESTMIDH. Em 2017, já foi ofertado a possibilidade de encaminhar mulheres para as oficinas profissionalizantes de curta duração no evento do IFB Conecta.

- Capacitação dos Servidores: no decorrer de 2017, alguns servidores da CMB foram capacitados tanto por meio de oficinas, seminários quanto por cursos de capacitação voltados para a área de trabalho. Algumas servidoras realizaram Capacitação sobre Manejo e Intervenção junto às Pessoas em Uso Problemático de Álcool e outras Drogas - CRR de Grupo Plano Piloto curso álcool e drogas, Gestão Pública e sobre o Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

- Oficina Regimento Interno e Manual de Procedimentos: oficina oferecida aos servidores da Secretaria e dos órgãos do colegiado gestor para criação do regimento e manual de procedimentos.

A Comunicação Institucional e Interação Social publicou Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, que institui o Plano de Publicidade e Propaganda do GDF - 2017. Desta forma a Secretaria elaborou campanha publicitária para o Disque Racismo, Mês da Consciência Negra, Campanha do Quesito Raça/Cor/Etnia e Campanha da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra e repassou ao órgão competente por meio



45

do Memorando 163/2017 - GAB/SAMIDH/SEDESTMIDH. Contudo, tal ação não foi executada por falta de repasse de recurso, conforme explicitado no Memorando 031/2017 - SPP/SECOM.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
0043 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-IV ENCONTRO DE MULHERES DE TERREIRO DO CENTRO OESTE A SER REALIZADO PELA CENTRAL ORGANIZADA DE MATRIZ AFRICANA-DISTRITO FEDERAL	0,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
0009 - APOIO A PROJETOS- RODA DE MULHERES-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	0,00	3.001.328,00	1.754.374,07	647.239,17
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-- RECANTO DAS EMAS	0,00	615.625,00	260.995,81	74.953,45
0005 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNM 28- CEILÂNDIA	0,00	1.190.706,00	834.980,10	398.664,47
0006 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNR- CEILÂNDIA	0,00	1.194.997,00	658.398,16	173.621,25
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	200.000,00	3.281.328,00	2.034.374,07	727.239,17

Os Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs das Artes, integram no mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócios assistências, políticas de prevenção a violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social dentro do Distrito Federal.

Os Projetos Arquitetônicos de referência dos CEUs foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial para terrenos com dimensões de 3000 m² e 7000 m². Os Centros contam com bibliotecas, teatros, laboratórios, multimídia, sala de oficina, espaço de multiuso, CRAS, além de pista de skate, quadra de eventos coberto, playground.

O público alvo são pessoas em situações de vulnerabilidade social nas cidades do Recanto das Emas, Ceilândia e Taguatinga por conta da localização territorial do CEU da QNM 28.

A praça do CEU Recanto das Emas foi inaugurada em meados do primeiro semestre de 2017, o CEU da QNM 28 encontra-se em finalização de construção com previsão de entrega para o dia 19/01/2018. A Praça do CEU da QNR 02 Ceilândia, encontra-se com 85% de sua construção e previsão de conclusão até 15 de fevereiro do corrente ano.

6228 – FAMILIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
0003 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-APOIO ÀS ATIVIDADES DO CENTRO SOCIAL TIA ANGELINA-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0002 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO DE CRIAN-APOIO A PROJETOS SOCIAIS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2623 - CUIDANDO DA VIDA	20.000,00	1.125.680,20	764.918,05	764.918,05
0002 - CUIDANDO DA VIDA--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1.125.680,20	764.918,05	764.918,05
4091 - APOIO A PROJETOS	162.000,00	0,00	0,00	0,00
0008 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO RESSAQUINHA DA CASA DE ISMAEL - CONSTRUÇÃO DA SALA DE REPOUSO-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	162.000,00	0,00	0,00	0,00
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	687.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTOAO IDOSO-SOBRADINHO	687.000,00	0,00	0,00	0,00
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	50.558.819,00	30.632.194,78	25.170.525,51	25.011.141,99
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO--DISTRITO FEDERAL	50.558.819,00	30.632.194,78	25.170.525,51	25.011.141,99
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.001.000,00	3.227.977,37	409.300,00	356.239,00
0006 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA--DISTRITO FEDERAL	1.001.000,00	3.227.977,37	409.300,00	356.239,00
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	243.200,00	258.720,00	251.490,36	238.988,40
5340 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA--DISTRITO FEDERAL	243.200,00	258.720,00	251.490,36	238.988,40
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	20.000,00	1,20	0,00	0,00
0028 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1,20	0,00	0,00
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20.000,00	410.283,20	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	410.283,20	0,00	0,00
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	12.496.000,00	10.534.775,00	10.354.775,00	10.029.536,43
0002 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	12.496.000,00	10.534.775,00	10.354.775,00	10.029.536,43
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	5.500.000,00	44.843,94	44.842,33	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2940 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	5.500.000,00	44.843,94	44.842,33	0,00
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	39.150.000,00	24.546.138,34	23.971.797,01	19.309.307,94
0003 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	39.150.000,00	24.546.138,34	23.971.797,01	19.309.307,94
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	109.908.019,00	70.830.614,03	60.967.648,26	55.710.131,81

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1397 - ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	301.922	UNIDADE	312.596	437.014	347.569	426.552	405.671	445.044	Sinopse Estatística/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país pode ser um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social. 2017 - Foi realizado 426.552 atendimentos em 2017, destes 229.352 referentes a proteção social básica e 197.200 pela proteção social especial. Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país é um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.</p>									
1406 - COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS		%	45	-	65	12,5	75	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - O projeto conta atualmente com 5 usuários frequentando o CAPS AD. Ressaltamos que outras pessoas buscaram nesse período tratamento para a superação de sofrimento relacionado ao abuso de substâncias. No entanto, ainda estão em processo de mobilização ou vinculação aos CAPS AD e não foram quantificados nessa etapa.</p>									
1393 - DOMÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN	9,8	%	9,8	-	-	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O indicador não pode ser apurado, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados. 2017 - O indicador será apurado ao final do quadriênio, com os dados da PNAD/IBGE.</p>									
1408 - INSERÇÃO HABITACIONAL		%	10	-	20	50	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto e fica patente a diferença na qualidade do acolhimento prestado a estas pessoas pelo Projeto Cuidando da Vida.</p>									
1407 - INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA		%	5	-	18	15	35	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - Um dos principais motivos do atraso no cumprimento desta meta foi a extinção do Pronatec Pop Rua, que seria a grande via de capacitação e profissionalização dos parceiros do Projeto Cuidando da Vida. Para buscar novas estratégias de inclusão das pessoas no mundo do trabalho, foi realizada supervisão com Léo Pinho, financiada pela FIOCRUZ, no dia 29/08 para discutir a construção de uma incubadora de empreendimentos para a população em situação de rua.</p>									
1394 - MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	24.000	UNIDADE	26.000	25.627	26.000	-	30.000	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2

PA
48
Strumpf

Justificativa: 2016 - Os atendimentos foram realizados em 200 instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuado - PROVISAN da SEDESTMIDH. 2017 - Os atendimentos não foram realizados nas instituições sociais cadastradas no Prog. de Provimento Alimentar Continuado-PROVISAN, o contrato foi encerrado por desistência da então contratada e o processo licitatório não foi concluído. A dificuldade em contratar está ligada ao desenho do programa, que inclui no valor da aquisição o custo de entrega ponto a ponto, o que encarece a contratação e limita o número de cooperativas de agricultores familiares com capacidade técnica de atender a demanda.									
1396 - NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS	869	UNIDADE	1.005	818	1.103	803	1.198	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
Justificativa: 2016 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao valor apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance ou superação da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. 2017 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. A autorização para o concurso foi dada por meio da portaria nº 248 de 01 de junho de 2017, foi elaborado Projeto Básico para provimento de 314 vagas, o qual está submetido a SEPLAG para análise e aprovação.									
1392 - TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	0,37	%	0,40	0,47	0,42	0,46	0,45	0,50	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - A retomada do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEE e SES, criou soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa: telemarketing ativo para as famílias com perfil de acompanhamento da saúde; Impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas as famílias público para localização da SES e realização de atendimento. 2017 - Se deu em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela Sedestmidh, Sedu e SeSau; Criadas soluções para as dificuldades relativas ao acomp. da condicionalidades de saúde: telemarketing orientando comparecimento ao PS; Impressão de materiais para organização do registro; Repasse de informações atualizadas do CadÚnico; Realização de dois seminários intersetoriais de forma a fortalecer a rede e divulgação das listagens das famílias que precisam ser acompanhadas.									
1390 - TAC:TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	0,42	%	0,55	0,58	0,65	0,68	0,75	0,75	Cadastro Único/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Fundamental a parceria estabelecida com o MDSA para efetivação do procedimento. Neste processo os cadastros desatualizados por período igual a superior a 48 meses são retirados da base cadastral. 2017 - Foi fundamental a parceria com MDS com a Exclusão Lógica - cadastros desatualizados por período igual ou superior a 48 meses são retirados da base cadastral. Outras ações importantes foram: Telemarketing ativo para as famílias cujos cadastros se encontravam com prazo de validade extrapolado (2 anos); Procedimentos de apuração de irregularidades de recebimento de benefício de transf. renda; Chamamento de famílias para exclusões lógicas futuras e Aprimoramento do Sistema de Agendamento 156.									
1391 - TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	0,81	%	0,83	0,89	0,83	0,91	0,85	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - A superação da meta estabelecida se deu em virtude da retomada do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, composto pela SEDESTMIDH, SEE e a SES. Conjuntamente foram criadas soluções relativas ao acompanhamento da frequência escolar. 2017 - Se deu em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela Sedestmidh, Sedu e SeSau; Criadas soluções p dificuldades relativas ao acompanhamento da frequência escolar: foi apresentado ao MEC um problema identificado na rotina de reg. de frequência no Sistema Presença e estão sendo desenvolvidas estratégias no sentido de qualificar as informações escolares dos alunos em descumprimento de condicionalidades da Saúde com recursos do IGD PBF.									
1398 - VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	278.940	UNIDADE	292.380	278.940	306.268	205.856	351.808	372.788	SUBSAS/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Justificativa: 2016 - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ações previstas: - Implantação de 01 CRAS: 5.000 novas vagas de atendimento/mês;- Ampliação de 700 vagas/mês de SCFV por meio de execução indireta;- Execução Programas FAST e PFF: 75 vagas/mês- Implantação de Centro Dia por meio de Parceria: 60 vagas/mês;- Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias: > UNAF Planaltina: 120 vagas/mês > UNAF Ceilândia: 150 vagas/mês- Amp. 2017 - A capacidade de atendimento mês das unidades públicas de Assistência Social em 2017 foi de 205.856 pessoas, desta 27.508 são da Proteção Social Especial e 178.348 da Proteção Social Básica. A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ampliações de serviços e implantação de novos serviços previsto.									

A Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único no âmbito da Subsecretaria de Assistência Social e sua Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único, é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal. Tal atividade se concretiza por meio dos programas Bolsa Família/PBF; Programa DF sem Miséria-DFSM; Bolsa Alfa-BA, e; Programa Vida Melhor-PVM (finalizado em novembro/2017).

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (Condicionalidades), com o objetivo de acessarem essas políticas básicas. Desse modo, tanto a gestão do Cadastro

Único quanto o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades são realizadas pela Secretaria e Cadastro Único.

O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias com renda por pessoa de até R\$ 85 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 177 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção para o Programa ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único. A estimativa de famílias pobres para o DF – conforme o Censo de 2010 – 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro).

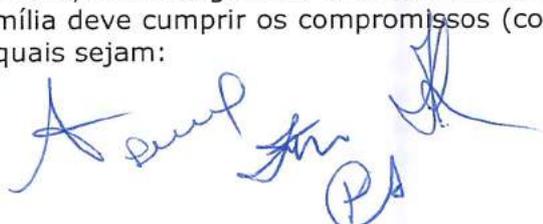
Em consonância com o PBF, desde julho de 2011, existe o Plano DF sem Miséria, que sob a ótica da transferência de renda, repassa recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda per capita mensal inferior a R\$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria.

Número de Famílias Beneficiárias do PBF e DFSM em 2017

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS – ÚLTIMOS 12 MESES			
MÊS	PBF SEM DFSM	PBF COM DFSM	TOTAL
01/2017	20.771	61.442	82.213
02/2017	21.384	62.084	83.468
03/2017	20.636	62.650	83.286
04/2017	21.589	61.754	83.343
05/2017	19.306	60.807	80.113
06/2017	19.331	60.487	79.818
07/2017	20.772	55.619	76.391
08/2017	19.119	59.462	78.581
09/2017	18.146	59.564	77.710
10/2017	18.707	60.090	78.797
11/2017	18.990	58.457	77.447
12/2017	18.494	60.712	79.206

Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais. Para se manter como beneficiária a família deve cumprir os compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e de saúde, quais sejam:

- Saúde



- o Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação e de desenvolvimento (pesar e medir), conforme o calendário do Ministério da Saúde.
- o Gestantes: realização do pré-natal nas unidades de Saúde.
- **Educação**
- o Frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

No ano de 2017, foi dada continuidade às atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, cuja estrutura encontra-se publicada na Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – Sedestmidh. O objetivo do Comitê Gestor é fortalecer as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação.

O Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, integrado por representantes da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, realizou durante 2017, 6 (seis) reuniões deliberativas.

Junto à Secretaria de Saúde foram realizados dois seminários intersetoriais nas regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião) de forma a fortalecer a rede intersetorial local, garantindo assim a proteção social às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Aliado a isso na 1ª e 2ª vigência foram divulgadas nas mídias digitais da Sedestmidh (*facebook*, sítio da Secretaria, www.sedest.df.gov.br) as listagens das famílias beneficiárias que deveriam ser acompanhadas na Saúde. Foi orientado que essas famílias comparecessem aos Centros de Saúde próximos de sua residência para acompanhamento e registro das condicionalidades do Programa. Tais medidas permitiram que o DF alcançasse um índice de 46,04% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2017. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE EM 2017			
Período de Acompanhamento	Famílias perfil Saúde no Bolsa Família (2)	Famílias acompanhadas (3)	
		nº	% (Taxa Saúde para IGD)
1º Semestre/2017	67.517	31.084	46,04
2º Semestre/2017 ¹	62.718	18.736	29,87

Para a Educação foram retomadas as discussões acerca de projeto piloto que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases.

Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 124.327 (cento e vinte e quatro mil e trezentos e vinte e sete) crianças e adolescentes em novembro/2017 para 104.967 (cento e quatro mil novecentos e sessenta e sete mil) em novembro/2017. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 111.558 (cento e onze mil e quinhentos e cinquenta e oito) em novembro/2016 para 95.843 (noventa e cinco mil e oitocentos e quarenta e três) em novembro/2017². Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em

¹Os quantitativos referentes ao 2º Semestre/2017 ainda não foram consolidados. Os valores apresentados são resultado parcial da 2ª vigência de 2017 (acessados em 04/01/2017), tendo em vista que o prazo para registro no Sistema Bolsa Família da Saúde foi prorrogado para prorrogado para 12/01/2018.

² A redução sinalizada se deve à exclusão lógica operada pelo Ministério do Desenvolvimento Social no mês de setembro/2017, que excluiu cerca de 30.000 cadastros no DF, incluindo famílias beneficiárias.

novembro/2016 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 89,73% e em novembro/2017 a taxa alcançou os 91,31% percentuais.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR EM 2017			
Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família (2)	Beneficiários acompanhados (3)	
		nº	% (Taxa Educação para IGD)
Novembro/2017	104.967	95.843	91,31
Setembro/2017	106.560	92.498	86,80
Julho/2017	111.818	90.266	80,73
Maio/2017	114.229	97.459	85,32
Março/2017	116.700	95.960	82,23
Novembro/2016	124.327	111.558	89,73

Conforme descrito na Portaria nº 251/12, deverão ser priorizadas no acompanhamento familiar com registro no Sistema de Condicionalidades (Sicon), em especial, as famílias com o maior número de suspensões e com registro de motivos relacionados à violação de direitos e extrema vulnerabilidade social/renda.

Diante disso, nos meses de repercussão do descumprimento de condicionalidades (meses ímpares à exceção de janeiro) os arquivos de suspensão são disponibilizados aos equipamentos da Assistência Social (Cras, Creas, Centros Pop, Unidades de Acolhimento e Centro da Diversidade) com objetivo de assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social sejam atendidas/acompanhadas pelos serviços da Assistência Social e pelas políticas de Saúde e Educação.

Ainda sobre as condicionalidades é salutar mencionar que o processo de orientação realizado a profissionais dos equipamentos da Assistência Social do DF acerca das ferramentas disponíveis para atendimento/acompanhamento das famílias que estão sofrendo repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família, fruto do descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, qualificou o atendimento no ano de 2017. No segundo semestre de 2017 foram realizadas duas oficinas para 49 (quarenta e nove) profissionais, para qualificar os conceitos, operacionalização e conhecimento das plataformas e ferramentas utilizadas para atendimento dessas famílias.

No que concerne à qualificação das informações cadastrais, foram realizadas 26 visitas técnicas aos equipamentos da Assistência Social do DF (Cras, Creas, Centros Pop) com a participação de 231 servidores, objetivando nivelar o entendimento sobre o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa DF sem Miséria e fluxos/rotinas operacionais. Ainda sobre essa temática, foram ofertadas seis turmas de entrevistadores dos formulários do Cadastro Único e uma oficina de Fiscalização, com 128 servidores da Sedestmidh e órgãos parceiros capacitados; e emitidos cinco Boletins Informativos às unidades que operacionalizam o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.

Informações Complementares

É de fundamental importância o controle do gasto dos recursos públicos. Sob esse viés, são realizadas atividades de fiscalização relacionadas ao recebimento indevido dos benefícios de transferência de renda no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) – pago com recurso do Governo Federal – e da suplementação financeira no Plano DF sem Miséria (DFSM) – pago com recurso do GDF.

A fiscalização objetiva identificar o recebimento irregular do PBF e DFSM devido à prestação de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral. As informações incorretas podem ensejar no recebimento indevido de benefícios por famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade dos programas. Ressalte-se que não há procedimento de fiscalização relacionado à utilização dos recursos desses programas. Em caso de suspeita de recebimento irregular, os benefícios podem ser bloqueados preventivamente, até que a apuração ocorra, sendo os princípios de contraditório e da ampla defesa respeitados.

Tendo em vista que as normativas do DFSM foram omissas quanto aos procedimentos de fiscalização que deveriam ser adotados, realizou-se consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) questionando sobre as atividades e fluxos que poderiam ser adotados. Os questionamentos foram encaminhados no Processo SEI nº 0431-000323/2017, tendo o despacho com orientações da dita Procuradoria chegado ao conhecimento da Secretaria em setembro de 2017.

Entretanto, as atividades de fiscalização não se mantiveram inertes no período de consulta, embora algumas atividades de análise aguardaram o posicionamento do PGDF, de modo que apresentamos os seguintes resumo de atividades:

Atividades desenvolvidas em 2017

No ano de 2017 foram realizadas 165 (cento e sessenta e cinco) visitas domiciliares. O quadro abaixo descreve o quantitativo de denúncias recebidas e visitas realizadas no ano de 2017:

QUANTITATIVO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS/NÚMERO DE VISITAS POR MÊS EM 2017		
Mês	Número de entrada de denúncias	Visitas Realizadas
Janeiro	15	7
Fevereiro	9	7
Março	27	20
Abril	22	12
Maio	13	29
Junho	25	11
Julho	10	0*
Agosto	13	19
Setembro	12	39
Outubro	10	14
Novembro	5	2
Dezembro	2	5
Total	163	165

Fonte: Planilha de denúncias GEAF – dezembro/2017

*Período em que esta Gerência realizou ações referentes ao TCDF e MPF.

As denúncias podem ser recebidas por diferentes canais de comunicação: via denúncia na Ouvidoria-Geral do GDF (Central Telefônica de Atendimento 162), equipamentos da Assist Cras e Creas da Sedestmidh, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); órgãos de controle; e outros. Seguem dados detalhados por Região Administrativa e a origem das denúncias:

VISITAS REALIZADAS 2017		
Região	Quantitativo	Origem
Fercal	1	Ouvidoria
Núcleo	1	Ouvidoria
Riacho Fundo	1	Ouvidoria
Candanoalândia	2	Cras
Ceilândia Sul	2	Senarc/MDS
Estrutural	2	Ouvidoria
Gama	2	Caixa. Ouvidoria
Brazlândia	3	Ouvidoria
Sobradinho	3	Senarc/MDS
Varião	4	Cras
Paranoá	6	Ouvidoria. Caixa. Cras
Taquatinga	6	Ouvidoria
Guará	7	Cras. Seeds
Recanto das Emas	8	Ouvidoria. Cras
Itanoã	9	Ouvidoria. Cras
Ceilândia	12	Ouvidoria. Caixa. Cras.
Santa Maria	12	Ouvidoria. Cras
Planaltina	15	Ouvidoria. Ascom
Samambaia	18	Ouvidoria. Cras. Senarc/MDS
Sobradinho II	51	Ouvidoria. Cras. Senarc/MDS
Total	165	

Os procedimentos de visitas domiciliares foram realizados com tentativa de agendamento prévio junto aos beneficiários. Durante as visitas, os servidores preenchem o formulário físico de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e atualizam os dados no sistema V7 do Cadastro Único. Em seguida, elaboram Parecer Técnico com as informações coletadas a partir do relato do Responsável pela Unidade Familiar (RF), anexam e arquivam os dados.

a. Denúncia realizada pelo Tribunal de Contas do DF

O Núcleo de Fiscalização em Tecnologia da Informação (NFTI) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), encaminhou para a Sedestmidh o Relatório de Inspeção nº 7.0101-13 NFIT/TCDF, referente ao Processo nº 878/13, contendo dois Achados com indícios de suposto recebimento indevido de benefícios de transferência de renda: Achado 1, composto por arquivo contendo dados de 814 (oitocentas e quatorze) famílias, e, Achado 2, com 46 (quarenta e seis), totalizando 860 (oitocentos e sessenta) casos.

Tendo em vista que o relatório do TCDF considerou a folha de pagamento de beneficiários do DF sem Miséria (DFSM) de abril/2013 e a RAIS do ano de 2009, solicitou-se à Controladoria-Geral do DF (CGDF) realização de batimento com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano 2013. Retiraram-se, também, as duplicidades.

culminando em redução dos casos. O Achado 1 passou a conter 577 famílias para averiguação, e o Achado 2, 44 famílias, totalizando 621 (seiscentos e vinte um) casos.

Ressalte-se que, antes de iniciar as visitas a esse público, foi necessário organizar os arquivos, e, reunir e unificar a documentação de acordo com a origem das demandas. Esse procedimento foi importante para que se pudesse compreender o histórico das ações adotadas até aquele momento. Outra medida significativa foi o início de estudo pelos novos servidores da equipe, pois os fluxos e procedimentos de Fiscalização lhes eram alheios, desde o modo de abordagem durante a realização de visitas e coleta de dados, até a análise dos processos.

Para os procedimentos relacionados a processos, buscou-se auxílio junto à Unidade de Controle Interno e Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria. Foram realizadas reuniões para que as dúvidas pudessem ser apresentadas e os questionamentos pudessem ser elaborados, visto que a omissão das normativas distritais quanto aos procedimentos, limites de atuação e fluxos no âmbito da fiscalização de recebimento indevido de benefícios de transferência de renda repassados pelo Governo do Distrito Federal restringem as atividades dos servidores.

Em paralelo, para que a determinação do TCDF fosse cumprida, os procedimentos técnicos de apuração foram iniciados. Primeiramente realizou-se consulta à base dos seguintes sistemas: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Sistema de Gestão de Benefício (Sibec), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) do DF e o Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids).

Em continuidade às Ações de Fiscalização e Coleta de Dados desenvolvidas no ano de 2016, e após esgotamento das alternativas de localização das famílias, realizou-se a 4ª Ação, utilizando-se a convocação via Edital de Chamamento, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 15, de 20 de janeiro de 2017. Foram convocadas 189 (cento e oitenta e nove) famílias, porém, a efetividade foi bastante reduzida, de forma que apenas uma família compareceu para atualização cadastral e coleta de dados.

RESUMO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS			
Ações	Convocados	Agendados	Atualizados
1ª Ação	614	42	42
2ª Ação	535	240	183
3ª Ação	273	98	70
4ª Ação	189	2	1
Total	1.611*	382	296

*As famílias que não comparecerem nas ações iniciais, foram convocadas nas demais ações, por isso o número de convocações é superior ao da demanda total.

Após a coleta de dados, a fase de análise dos 296 (duzentos e noventa e oito) casos foi iniciada, apresentando os seguintes resultados:

- Confirmação da ocorrência de irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 57 (cinquenta e sete) casos;
- Impossibilidade de confirmar se ocorreu a irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 35 casos; e,
- Não confirmação dos indícios de irregularidades no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 204 casos.

Para a realização das análises foram utilizados dados das seguintes bases de informação:

- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)
- Sistema de Benefícios do Cidadão - Sibec;
- Folha de pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família no DF;
- Folha de pagamento dos beneficiários do programa de transferência de renda do Distrito Federal, o DF Sem Miséria (DFSM);

- Arquivo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referente ao ano 2013, fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Foi verificado após as convocações das Ações realizadas, o quantitativo de 153 (cento e cinquenta e três) famílias que não compareceram para a atualização cadastral e coleta de dados. Os motivos do não-comparecimento foram relativos à: dificuldade em contatar algumas famílias devido à falta de informações atuais de endereço e telefone; a ausência da família, mesmo tendo sido agendada, sem prévia justificativa; e, a decisão deliberada da família em não atender ao chamamento. Tendo em vista o não-comparecimento, os benefícios foram bloqueados previamente até que a apuração fosse finalizada. Os Centros de Referência em Assistência Social do DF receberam listagem contendo os nomes desse público, para que, caso a família entrasse em contato com a unidade, pudesse ser orientada a comparecer na Secretaria e Cadastro Único para atualização cadastral e coleta de dados.

Ressalte-se que, considerando que a legislação do DF sem Miséria não prevê penalidades para as famílias beneficiárias, optou-se por questionar a Procuradoria-Geral do DF sobre os procedimentos que deveriam ser adotados a partir de então. Os questionamentos foram encaminhados no Processo 0431-000323/2017, junto a rol de outras dúvidas, tendo o despacho da dita Procuradoria chegado ao conhecimento da Secretaria em setembro de 2017.

Foi encaminhado ao TCDF Relatório contendo resultado das análises finalizadas e no momento está sendo realizada consulta quanto à medida que deverá ser adotada para as famílias que não compareceram aos chamamentos.

b. Denúncias realizadas pelo Ministério Público Federal (MPF)

No ano de 2017 foram realizadas as 2ª e 3ª ações de Coleta de Dados e Atualização Cadastral – público do Anexo I, IV e V da mídia digital encaminhada àquele MPF.

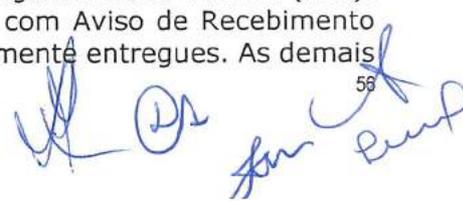
Na 2ª ação foi desenvolvida atividade a partir da capacidade de atendimento da Secretaria, que previu o atendimento de 300 famílias constantes, prioritariamente, dos Anexos I, IV e V, no período de 12 a 16/06/2017 e 19 a 21/06/2017. A convocação foi realizada por Telemarketing Ativo pela Central de Atendimento 156 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), devido a parceria entre Sedestmidh e aquela instituição.

Considerando-se a estimativa de atendimento e a dificuldade de convocar as famílias, elaborou-se planilha contendo dados de 700 famílias desse grupo, tendo sido acrescidas 45 famílias do Anexo III e 1 família do Anexo I.

Para a geração da listagem, que ao final contava com 746 registros, utilizou-se os seguintes arquivos: MPF "listagem MPF"; dados da Extração do Cadastro Único; dados da Folha de Pagamento PBF e DFSM; arquivo de Bases Administrativas; e, Arquivos de Revisão e Averiguação Cadastral 2016 e 2017; arquivos de Manutenção de Endereços no Cadastro Único. As informações foram inseridas em um único arquivo, ordenando-se as famílias pelo Número de Identificação Social (NIS). Considerando-se que o NIS deve ser único para cada pessoa, foi possível identificar duplicidades, repetições e casos em que houve alteração do NIS, identificando-se o válido. Feito isso, ordenou-se por Código Familiar, e após, conforme, selecionou-se prioritariamente as famílias que pertenciam aos anexos I, IV e V e não pertenciam aos demais arquivos, quais sejam Bases Administrativas, rotinas de Averiguação e Revisão Cadastral e públicos das ações de fiscalização.

A efetividade da ação foi baixa. Houve apenas 65 (sessenta e cinco) agendamentos e 54 (cinquenta e quatro) famílias compareceram para atendimento e coleta de informações.

Na 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral foram priorizados os atendimentos das famílias do Anexo III, conforme capacidade de atendimento da Secretaria. A previsão foi de 150 atendimento para o período de 14 a 18/07/2017. Selecionou-se 300 famílias desse anexo. A geração da planilha seguiu os moldes do processo mencionado na 2ª Ação, priorizando-se a convocação de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O chamamento das famílias ocorreu por Cartas de Convocação com Aviso de Recebimento (AR). Ao todo, 168 (cento e sessenta e oito) cartas foram efetivamente entregues. As demais



foram devolvidas, majoritariamente, por "endereço incompleto", tendo havendo indicação dos motivos "Desconhecido", "Não Localizado" "Sem número" pelo Correios. Houve o agendamento de 159 (cento e cinquenta e nove) famílias, das quais 106 (cento e seis) compareceram para 3ª Ação.

Resultado das 2ª e 3ª Ações:

Resultado da apuração da 2ª e 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral			
CNPJ			94
Outros benefícios além do PBF e DFSM	Aposentadoria		12
	Auxílio por morte		
	BPC	11	
	Pensão por morte		
	Seguro desemprego	1	
Servidor público			23
TOTAL			129

As demais 31 famílias atendidas, das 160 que compareceram, declararam desconhecimento quanto aos questionamentos relacionados à inscrição de CNPJ, recebimento de outros benefícios para além do PBF e DFSM e existência de servidor público na família.

Ressalte-se que, em relação ao público do Anexo III, que trata de "Proprietários/responsáveis por empresas ativas", identificou-se, após 1ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral, que parcela significativa do público possuía CNPJ inscrito como Microempreendedor Individual (MEI) do DF. Cumpre esclarecer que o MEI faz parte do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, que visa a promoção da formalização de pequenos negócios de trabalhadores que atuavam por conta própria. No ano de 2014 houve campanha do Governo Federal para adesão ao MEI, conforme portal eletrônico oficial do Governo Federal, link <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/campanha-sobre-o-mei-estimula-formalizacao>.

Para que se pudesse ter mais informações sobre esse público de empresários/microempreendedores, solicitou-se à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) – Processo SEI 00480-00006460/2017-24, de 06 de abril de 2017 – dados dessas famílias. Solicitou-se, ainda, dados relativos ao número do CNPJ, data de inclusão no CNPJ, data de encerramento do CNPJ (para os casos inativos) e se há valores devidos à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, para subsidiar posterior resposta desta Pasta ao MPF.

A solicitação foi encaminhada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal à Subsecretaria de Receita, em 24 de julho de 2017, de "modo a buscar apoio nas informações dos sistemas e controles capazes de configurar a movimentação fiscal/econômica em nível incompatível com a percepção de programas sociais". O retorno da consulta ocorreu para Secretaria em 12/09/2017.

A Subsecretária da Receita informou que:

[...] a princípio, a prestação de informações na forma solicitada não se enquadra nas exceções elencadas no art. 198 do Código Tributário Nacional, *in verbis*:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo

ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam - se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça

II - Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, Dor prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - Representações fiscais para fins penais;

II - Inscrições na Dívida Atava da Fazenda Pública;

III - Parcelamento ou moratória.

Dessa forma, as medidas estão sendo adotadas no sentido de continuar com as apurações remanescentes.

c. Denúncias realizadas pela Secretaria de Transparência e Controle nos anos de 2012 e 2013

Após o retorno da Procuradoria-Geral do DF acerca da consulta realizada no que concerne às penalidades que deveriam ser adotadas, em dezembro/2017 foram retomadas as análises dos processos instruídos no ano de 2016, conforme orientação da Unidade de Controle Interno (UCI).

Com relação à política de Segurança Alimentar e Nutricional é importante destacar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei Federal n.º 11.346/2006) foi instituído na perspectiva de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Estabeleceu que alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O Decreto n.º 7272/2010 regulamentou a Lei nº 11.346, instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e, estabeleceu as diretrizes para elaboração dos Planos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com a publicação da Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, foi instituída a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, que foi alterada pela Lei nº 4.725, de 28 de dezembro de 2011. A referida Lei estabelece como integrantes do SISAN/DF: a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/DF, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional-CAISAN/DF e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse na adesão ao SISAN/DF.

Manutenção e Funcionamento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal - CAISAN/DF



A CAISAN/DF tem por objetivo promover a articulação e integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e a aplicação de recursos em ações ou programas de interesse da área de segurança alimentar e nutricional.

Em 2017, a CAISAN realizou uma (1) reunião do Pleno Secretarial, três (3) do Pleno Executivo e treze (13) do Comitê Técnico 07, além de realizar outras reuniões específicas de articulação.

A prioridade de trabalho da Secretaria Executiva da Câmara foi a elaboração do II PDSAN- 2016/2019, considerando o atraso na elaboração do mesmo.

Preliminarmente à constituição do Comitê Técnico nº 07, foi realizado o levantamento das metas do I PDSAN junto aos órgãos responsáveis pelas mesmas e análise dos Programas Temáticos do Plano Plurianual de Governo-PPA 2016/2019, na perspectiva de verificar as metas (orçamentárias ou não) relacionadas com a segurança alimentar e nutricional.

Os membros do Comitê Técnico nº 07 optaram por iniciar o II Plano pela definição das metas, por diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e, para tanto, foram analisadas as metas do I PDSAN (cumpridas, parcialmente cumpridas ou não cumpridas) e as deliberações da IVª Conferência Distrital de SAN (2015), com vista a também contemplar os anseios da sociedade civil com relação às questões relacionadas à SAN. As metas foram aprovadas pelo Pleno Secretarial e, posteriormente, ratificadas pelo CONSEA/DF.

Em decorrência do Decreto nº 37.895/2016, publicado no DODF de 28/12/2016, foi trabalhado no Pleno Executivo da CAISAN a recomposição da Câmara, considerando a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e competências dos órgãos, em especial, da SEDESTMIDH que tem sob sua gestão políticas relacionadas com a área de segurança alimentar e nutricional, como: segurança alimentar e nutricional, assistência social, direitos humanos e igualdade racial.

Manutenção e Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal - CONSEA/DF

O CONSEA/DF é órgão de assessoramento imediato ao Governador do Distrito Federal e se constitui como espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional, apoiando a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Distrito Federal.

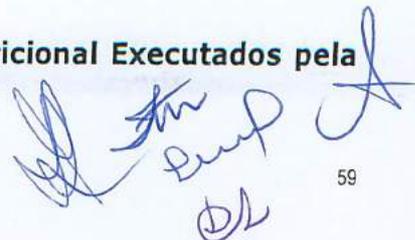
Em 2017, foram realizadas pelo CONSEA/DF cinco (5) reuniões ordinárias, uma (1) reunião extraordinária e quatro (4) reuniões da Comissão Organizadora da Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2. Nestas reuniões ocorreram importantes discussões e encaminhamentos referentes à área de segurança alimentar e nutricional.

Após a realização do processo de seleção, no início do ano houve a recomposição dos conselheiros da sociedade civil, com mandato de dois anos. O CONSEA/DF realizou uma capacitação para os novos conselheiros nos dias 17 e 18 de abril.

Em março, na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho, foi eleito o novo presidente, representando a sociedade civil.

No dia 18 de dezembro de 2017, o Conselho, em parceria com a Secretaria e a CAISAN/DF, realizou a Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2, com a participação de, aproximadamente, 50 pessoas. Os documentos produzidos neste evento subsidiarão o Encontro Nacional a ser realizado em março de 2018.

Ações e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional Executados pela Secretaria



As **ações de provimento alimentar direto em caráter emergencial** consistem na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2017, a Secretaria teve cinco contratos referentes a Cestas de Alimentos (referentes à aquisição de cestas secas, cestas verdes orgânicas e transporte e entrega):

A Empresa Milano foi fornecedora da cesta seca de 2016 até 02/06/2017 data em que se encerrou o contrato. Foram recebidas 25.000 cestas no período. A nova Empresa fornecedora cestas foi a CAL através de contrato emergencial (encerrado no dia 11/01/2018). Foram recebidas 29.423 cestas em nosso galpão durante o período.

Foi assinado contrato com a cooperativa ASTRAF para a aquisição de cestas verdes orgânicas com a intenção de possibilitar o fomento à agricultura familiar. Como os produtos da cesta verde são originários da produção orgânica, podemos considera-los mais saudáveis para a população, por serem livres de agrotóxicos, hormônios e outros produtos químicos, contribuindo dessa forma, para a promoção do direito humano a alimentação adequada, além de promover a disseminação de sistemas de produção de menor impacto ambiental e contribuir para a Soberania Alimentar e Nutricional. Além disso, os produtos fornecidos pela Agricultura Familiar são uma garantia de comercialização para o mercado institucional, uma alternativa para o combate à pobreza rural e a promoção do desenvolvimento econômico local.

A Empresa RG Beta, contratada para operacionalizar a entrega das cestas aos beneficiários, possuía um contrato para entrega de 30.000 cestas anuais (2.500 mensais), que também se encerrou em 2017, porém, foi feita nova licitação com capacidade de entrega de 8.000 cestas mensais com a mesma Empresa para suprir a demanda crescente de concessões.

As regras e formas da concessão estão previstas no Protocolo para Concessão de Cestas de Alimentos da SEDESTMIDH. Salientamos que a partir do mês de julho, o sistema de concessão e controle de cestas (SIDS 2.0) passou a ter a informação específica de pedidos de cestas orgânicas, conforme quadro abaixo, com o quantitativo de solicitações em 2017:

QUANTIDADE DE CESTAS SOLICITADAS NO SIDS EM 2017		
MÊS	QTE. DE CESTAS	QTE. DE CESTAS
JAN	6.312	-
FEV	5.503	-
MAR	6.472	-
ABR	4.983	-
MAI	6.501	-
JUN	4.259	-
JUL	3.712	533
AGO	4.112	944
SET	3.554	958
OUT	4.699	1.396
NOV	4.086	1.200
DEZ	4.678	1.618
TOTAL	58.871	6.649

As entregas de cestas orgânicas iniciaram em junho, antes do SIDS 2.0 ter o informativo de cestas orgânicas solicitadas, dessa forma, a liberação dessas cestas foi feita baseada na análise dos requisitos já contidos nos requerimentos (crianças até 7 anos e idosos). Abaixo, o quantitativo das cestas entregues em 2017:

QUANTIDADE DE CESTAS ENTREGUES EM 2017		
MÊS	QTE. DE CESTAS	QTE. DE CESTAS
JAN	4.578	-
FEV	3.023	-
MAR	5.855	-
ABR	4.663	-
MAI	5.147	-
JUN	1.400	1.280
JUL	1.562	960
AGO	6.340	1.798
SET	3.058	1.050
OUT	5.505	2.000
NOV	7.586	2.000
DEZ	5.981	1.100
TOTAL	54.698	10.188

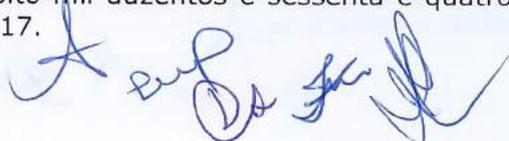
O **Programa de Provimento Alimentar Institucional- PROVISAN** foi formatado a partir de uma revisão do fornecimento de pão e leite, oriundo da extinta ação Nutrindo à Mesa – Nosso Pão e Nosso Leite. Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. A ação integra duas estratégias: colaborar com as entidades e programas sociais e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que os alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, seriam atendidas cerca de **200 instituições e programas sociais**.

No entanto, em novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela então contratada, por enfrentar dificuldades em cumprir o contrato, devido à alegação de defasagem nos preços praticados. Foi solicitado o realinhamento dos preços dos produtos, porém foi negado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal por entender que os motivos alegados pela Cooperativa não seriam suficientes para subsidiar tais alterações.

O processo licitatório para contratação de novos fornecedores não foi concluído (431-001829/2016) e, por isso, os atendimentos não foram realizados.

O Programa **Restaurantes Comunitários** do DF foi responsável por servir mais de 17.689(dezessete mil seiscentos e oitenta e nove) refeições por dia, totalizando 5.218.264 (cinco milhões duzentos e dezoito mil duzentos e sessenta e quatro) refeições servidas ao longo de 295 dias do ano de 2017.



O encerramento antecipado de alguns contratos (por abandono da contratada) resultou no fechamento de algumas unidades, que foram reabertas por meio de contrato emergencial.

Restaurante / Mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	0	0	0	4.119	36.212	35.822	37.985	37.208	20.147	0	25.235	19.422
Ceilândia	54.151	35.281	53.884	43.268	54.410	51.802	54.165	53.084	49.819	40.170	18.984	14.402
Estrutural	27.691	24.476	30.492	22.414	28.858	29.066	32.212	33.211	29.601	29.165	27.484	29.266
Gama	46.073	40.455	47.396	37.605	47.521	44.397	44.268	45.467	44.266	30.822	18.111	21.156
Itapoã	32.662	28.662	33.248	24.388	30.449	30.722	33.248	31.600	0	0	18.933	25.364
Paranoá	0	0	0	16.071	29.111	30.075	33.827	34.326	17.681	0	16.933	24.371
Planaltina	50.385	43.633	52.932	40.488	50.663	50.121	52.263	51.486	49.657	50.731	47.013	40.721
Recanto das Emas	32.261	25.049	28.399	22.074	26.987	27.861	30.478	30.386	28.821	26.611	25.618	29.055
Riacho Fundo	1.366	25.201	32.191	26.837	34.549	38.214	40.329	42.399	37.078	36.246	33.456	35.543
Samambaia	42.810	37.894	45.171	34.902	44.426	29.552	50.063	50.367	47.696	44.932	48.322	60.961
Santa Maria	34.033	29.801	33.862	25.045	32.222	33.764	39.952	39.314	0	0	9.213	34.876
São Sebastião	32.914	28.169	30.070	25.069	33.165	33.139	34.214	30.999	29.830	29.530	28.001	31.062
Sobradinho	35.022	30.417	34.285	26.498	32.927	32.640	33.844	34.877	32.178	31.620	12.100	3.759
Sol Nascente	36.616	31.767	36.459	27.971	35.465	36.586	36.679	36.980	33.534	28.895	10.914	15.310

Obs.: Os valores referentes ao Restaurante Comunitário de Sol Nascente englobam almoço + café da manhã.

Está em curso um processo para realização de pregão eletrônico para o registro de preço em Ata para todos os RCs. Esse processo, que já foi utilizado para os RCs de Brazlândia e Paranoá, contará com ampla divulgação em rede nacional, o que deve levar à participação de um número expressivo de empresas, com novas empresas adentraram ao rol de fornecedores, fomentando a concorrência e competitividade.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional é responsável pela execução e fiscalização dos contratos de fornecimento de alimentos para as unidades de assistência social da SEDESTMIDH.

A SEDESTMIDH, por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS, é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal. Cabe à SEADS, a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 67 (Sessenta e Sete) Unidades: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Convivência - COSE, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua - Centros Pop, Centro da Diversidade e Unidades de Acolhimento Institucional - Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias - UNAF, Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - UNAC, Unidade de Acolhimento para Mulheres - UNAM, Unidade de Acolhimento para Idosos - UNAI e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua - UNACAS.

O público atendido nestas Unidades é composto de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos.

Especialmente nas Unidades de Acolhimento e nos Centros Pop, a garantia de alimentação do tipo refeição constitui-se como parte fundamental dos serviços ali prestados, garantindo assim o direito humano à alimentação adequada durante o tempo de permanência do indivíduo na unidade de atendimento, indivíduos estes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e ou em situação de rua, ambos com insuficiência ou ausência de renda e que necessitam de proteção integral.

Em 2017, a contratação dos serviços elencados acima se deu por meio de procedimento licitatório (Processo n.º 431.000.105/2016), em substituição à contratação emergencial, que atenderá de forma contínua, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, as unidades socioassistenciais do DF, conforme prescreve a Lei n.º 8.666/93.

Contrato nº 046/2016 - Vogue

Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CRAS	35.873,07	39.574,08	58.346,40	48.348,69	63.977,19	35.157,33
COSE	70.486,80	79.093,80	117.073,32	92.679,27	124.271,49	76.547,94
Centro POP - lanche	59.796,00	48.244,50	53.725,80	50.260,35	69.762,00	51.460,80
Centro POP - almoço	28.397,20	27.829,60	17.767,60	29.592,60	44.049,20	31.011,60
CREAS	3.397,50	5.549,25	9.558,30	6.500,55	11.664,75	3.193,65
Centro de Diversidade	1.223,10	90,60	996,60	1.087,20	2.219,70	656,85
Unisuas 24 horas	6.459,78	3.016,98	2.563,98	1.630,80	0,00	0,00
UNAI -Casa Viva	19.926,20	17.578,40	18.959,56	15.067,20	14.219,67	9.040,32
UNAM- Casa Flor	28.998,45	20.167,00	22.327,75	21.607,50	22.327,75	17.286,00
UNAF-Areal	125.035,40	112.935,20	125.035,40	121.002,00	125.035,40	96.801,60
UNACAS Asa Norte	19.461,80	17.578,40	19.461,80	18.834,00	15.669,90	10.569,40
UNAC Casa Ceilandia	8.680,41	7.910,28	8.757,81	8.593,08	8.850,21	6.780,24
UNAC Casa Lar Guara	8.786,12	7.360,00	8.051,32	7.791,60	8.739,32	7.058,88
UNAC Casa Lar Recanto	11.800,60	10.578,40	11.711,80	11.469,90	11.751,40	8.170,20
UNAC Taguatinga	6.075,90	7.722,80	8.019,50	8.385,00	8.664,50	6.708,00
Total Mensal	R\$ 434.398,33	R\$ 405.229,29	R\$ 482.356,94	R\$ 442.849,74	R\$ 531.202,48	R\$ 360.442,81

Total do período: R\$ 2.656.479,59

LOTE V – CONTRATO 014/2017 – O UNIVERSITARIO IND. COM. AGROP. LTDA (NUTRIZ)

CRAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
CRAS AREAL	90	60	145	0	370	120	100	885
CRAS TAGUATINGA	40	125	285	90	410	167	104	1221
TOTAL	130	185	430	90	780	287	204	2106

COSE	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
BERNARDO SAYAO	320	1200	1240	1215	1240	1035	1340	7590
PARADA	280	1180	1170	990	1269	926	921	6736
TOTAL	600	2380	2410	2205	2509	1961	2261	14326

CREAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
TAGUATINGA	80	150	200	160	315	200	120	1225
TOTAL	80	150	200	160	315	0	120	1025

CENTRO POP	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
LANCHE TIPO III	150 0	6300	7600	6600	6800	5940	6680	41420
ALMOÇO	290	1480	1980	1800	1800	1550	1880	10780
TOTAL	179 0	7780	9580	8400	8600	7490	8560	52200

UNAC APOIO	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
DESJEJUM	56	310	310	300	310	300	345	1931
COLAÇÃO	56	310	310	300	310	300	345	1931
LANCHE	56	310	310	300	310	300	350	1936
ALMOÇO	50	310	310	300	310	300	350	1930
JANTAR	50	310	310	300	310	300	350	1930
CEIA	0	0	0	0	0			0
TOTAL	268	1550	1550	1500	1550	1500	1740	9658

[Handwritten signatures and initials]

UNAM	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
DESJEJUM	150	775	775	750	875	900	875	5100
COLAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
LANCHE	150	775	775	750	875	900	875	5100
ALMOÇO	150	775	775	750	875	900	875	5100
JANTAR	150	775	775	750	875	900	875	5100
CEIA	150	775	775	750	875	900	875	5100
TOTAL	750	3875	3875	3750	4375	4500	4375	25500

UNAI	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
DESJEJUM	66	341	423	515	620	600	620	3185
COLAÇÃO	66	341	423	515	620	600	620	3185
LANCHE	66	341	423	515	720	600	620	3285
ALMOÇO	66	341	423	515	620	600	630	3195
JANTAR	66	341	423	515	620	600	620	3185
CEIA	66	341	423	515	620	600	620	3185
TOTAL	396	2046	2538	3090	3820	3600	3730	19220

UNAF	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumid o
DESJEJUM	840	4340	4340	4230	4340	4170	4030	26290
COLAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
LANCHE	840	4340	4340	4220	4360	4250	4030	26380
ALMOÇO	840	4340	4340	4220	4340	4170	4030	26280
JANTAR	840	4340	4340	4220	4340	4170	4060	26310
CEIA	840	4340	4340	4220	4340	4170	4060	26310
TOTAL	4200	21700	21700	21110	21720	20930	20210	131570

LOTE III – CONTRATO: 016/2017 – KADU COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CRAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
ARAPOANGA	310	590	1355	1395	1335	1160	790	6935
FERCAL	110	185	385	280	115	135	511	1721

ITAPOA	150	525	815	75	200	555	1050	3370
PARANOÁ	0	150	200	150	271	160	370	1301
PLANALTINA	0	1500	1500	1335	1470	1138	1179	8122
SÃO SEBASTIÃO	200	1071	1942	795	1290	965	690	6953
SOBRADINHO I	0	80	220	420	490	330	0	1540
SOBRADINHO II	0	128	298	260	260	325	215	1486
VARJÃO	114	458	664	320	438	397	0	2391
TOTAL	884	4687	7379	5030	5869	5165	4805	33819

COSE	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
PARANOÁ	280	998	1330	1410	1514	1430	1251	8213
PLANALTINA	400	1405	2164	1695	2450	1765	1304	11183
SOBRADINHO	340	645	1735	1551	1559	1615	1022	8467
TOTAL	1020	3048	5229	4656	5523	4810	3577	27863

CREAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
PLANALTINA	240	290	360	450	615	385	429	2769
SOBRADINHO	0	0	150	0	0	0	0	150
TOTAL	240	290	510	450	615	385	429	2919

LOTE I - II e IV - CONTRATO 015/2017 - HOT COZINHA INDUSTRIAL

Mês/Unidades	CRAS	COSE	CREAS	CMB	CENTRO POP	CASAS LARES	CDIVERS	TOTAL
Jun	2553	6110	460	30	2230	4120	0	15503
Jul	5470	9480	5859	231	12090	10293	400	43823
Ago	5020	17770	1185	178	14446	10478	355	49432
Set	5715	15360	1120	135	9180	9030	265	40805
Out	6075	17255	1515	246	12120	8848	90	46149
Nov	6904	12947	890	246	9780	8040	190	38997
Dez	5454	13816	855	160	10920	8308	525	40038
	37191	92738	11884	1226	70766	59117	1825	274747

[Handwritten signatures and initials]

A Secretaria também desenvolve atividades de Educação Alimentar e Nutricional, preparando conteúdo que é oferecido à população nos Restaurantes Comunitários. O objetivo é fornecer informações sobre alimentação, estimulando hábitos alimentares conscientes, sustentáveis e saudáveis, tornando os Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) locais não só do fornecimento de refeições, mas também de educação e promoção de saúde e cidadania.

Em 2017, foram atendidos 2253 usuários com as atividades, com os seguintes temas: Direito Humano à Alimentação Adequada; Higienização e Conservação dos Alimentos; Aproveitamento Integral dos Alimentos; e Alimentos industrializados: sódio, gordura e açúcar.

A implementação do SEI na SEDESTMIDH representa avanço significativo no acompanhamento dos processos, simplificando e acelerando de todas as etapas da tramitação. Isso é particularmente importante na Segurança Alimentar e Nutricional, que conta com 14 gerências distribuídas por todo o DF.

A redução da equipe, por aposentadorias, exonerações e transferências é situação que requer atenção especial, uma vez que o aumento de atribuições das unidades (como o serviço de café da manhã e jantar nos restaurantes, já implementado no Sol Nascente, Brazlândia e Paranoá, mas já em processo licitatório nos demais) exigirá mais servidores, para permitir a fiscalização e acompanhamento das empresas contratadas, de forma a garantir a qualidade do serviço oferecido.

Quanto aos aspectos estruturais, a Secretaria requer, com urgência, manutenção dos restaurantes comunitários, incluindo a substituição das caixas d'água das unidades, que podem vir a comprometer a segurança sanitária das unidades.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	8.250.000,00	4.358.203,00	2.578.126,32	2.577.275,52
0046 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	8.250.000,00	4.358.203,00	2.578.126,32	2.577.275,52
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.720.000,00	2.825.899,00	2.777.299,93	2.623.105,74
7205 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	2.720.000,00	2.825.899,00	2.777.299,93	2.623.105,74
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	10.970.000,00	7.184.102,00	5.355.426,25	5.200.381,26

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

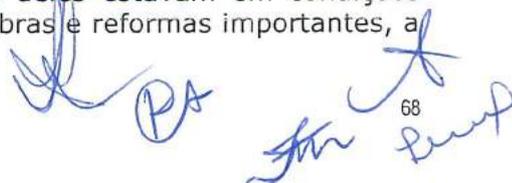
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.000,00	0,26	0,00	0,00
6052 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,26	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2.000.000,00	2.543.686,00	2.320.000,00	1.606.854,95
5370 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SEDESTMIDH- PLANO PILOTO .	2.000.000,00	2.543.686,00	2.320.000,00	1.606.854,95
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10.000,00	238.729,27	236.561,31	236.561,31
9799 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	238.729,27	236.561,31	236.561,31
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	203.717.162,00	199.357.541,00	198.519.536,60	198.518.631,39
8919 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	203.717.162,00	199.357.541,00	198.519.536,60	198.518.631,39
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10.723.841,00	8.978.493,00	8.868.355,42	8.848.355,42
9723 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.723.841,00	8.978.493,00	8.868.355,42	8.848.355,42
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8.388.817,00	8.147.052,00	7.273.906,27	6.432.314,43
9805 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	8.388.817,00	8.147.052,00	7.273.906,27	6.432.314,43
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500.000,00	68.400,00	68.400,00	68.400,00
0008 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	68.400,00	68.400,00	68.400,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000.000,00	1.787.261,00	1.741.429,80	1.564.657,14
2561 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.787.261,00	1.741.429,80	1.564.657,14
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100.000,00	6.380,50	0,00	0,00
0032 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	6.380,50	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	226.449.820,00	221.127.543,03	219.028.189,40	217.275.774,64

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Secretaria continuou investindo no fortalecimento da boa governança e na solidificação da gestão das políticas públicas sob sua responsabilidade, incluindo medidas como: a reestruturação orgânica para alinhamento às prioridades institucionais; a reorganização, integração e valorização das equipes; a regulamentação e normatização dos procedimentos; a eficácia na execução dos recursos orçamentários e financeiros, reorganização, melhoria e inteligência na ocupação de espaços físicos, gerando economia para os cofres públicos e satisfação aos trabalhadores e usuários das ações.

Nesse sentido, muitos avanços já foram alcançados, entre eles:

Gestão de prédios e próprios: a Secretaria possui diversos imóveis nos quais estão localizadas sua sede principal e unidades de prestação direta de serviços aos usuários. Estes imóveis, ao longo do tempo, sofreram desgastes e muitos deles estavam em condições bastante precárias de funcionamento. A Secretaria realizou obras e reformas importantes, a



68

partir das quais foi possível garantir estrutura adequada de trabalho para os servidores e melhoria no atendimento prestado.

No decorrer do ano de 2017, por meio do Contrato de manutenção nº 030/2016, foram atendidas as solicitações de manutenção e reparos nas Unidades do complexo SEDESTMIH, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Solicitações estas de pequeno, médio e grande porte onde as unidades: Restaurante Comunitário de Brazlândia, Restaurante Comunitário do Paranoá e Restaurante Comunitário Samambaia sofreram as maiores intervenções em razão de estarem com a sua estrutura bastante comprometidas, já que tem o maior desgaste em sua estrutura em função do público usuário. As unidades Centro de Referência e Assistência Social/CRAS Taguatinga Norte, UNAI- Unidade de Acolhimento de Idosos, Centro População de Rua- Centro Pop Taguatinga e Centro de População de Rua- Centro Pop Brasília, por se tratarem de edificações com mais de 40 anos tiveram também intervenções de grande porte.

Gestão de contratos e convênios – esta importante área gerencial continua tendo atenção especial. Após a regulamentação da instrução processual para celebração de ajustes, que, a partir da publicação da Ordem de Serviço nº 46, de 18 de fevereiro de 2016, no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35, de 23 de fevereiro de 2016, p. 14, teve início o envio dos Termos de Referências/Projetos Básicos para a unidade competente, por meio eletrônico, com a obrigatoriedade de descrição da necessidade da Administração e do interesse público envolvido. As demandas enviadas são então analisadas com enfoque no alinhamento dos Termos de Referência/Projetos Básicos aos modelos instituídos pela Subsecretaria de Logística/SEGAD, conforme Portaria nº 86, de 15 de julho de 2015, da Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, em 20 de julho de 2015.

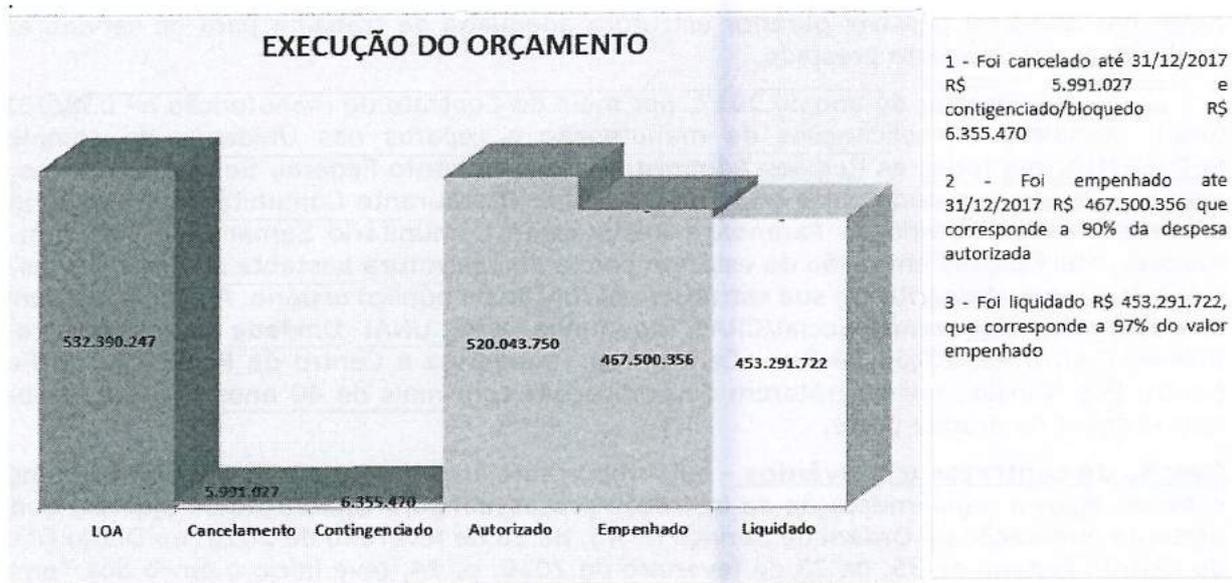
Com essa nova prática, verificou-se que: as demandas tiveram análise minuciosa, especialmente, com aprofundamento na justificativa para as aquisições, na verificação da melhor solução a ser escolhida, bem como adequação às legislações vigentes para cada caso específico; houve maior aproximação das áreas fins com a área meio, agilização e qualificação das soluções adotadas, evitando-se processos desnecessários, incompletos ou com instrução deficiente; houve redução de gasto decorrente da economia de papéis, pois os processos somente se iniciam com a demanda adequada ao modelo padrão da SEGAD e normativos legais aplicáveis a espécie; economia do tempo e trabalho dos servidores, pois seus esforços são traduzidos em resultado efetivo, sem a produção de processos com vícios em sua origem, fatalmente fadados ao insucesso.

Foram recebidos, em 2017 Termos de Referências/Projetos Básicos, a maioria por meio eletrônico, abarcando as demandas de toda a SEDESTMIDH, tais como, aquisições de bens, prestações de serviços, locação de imóveis, dentre outros ajustes.

Para futuras iniciativas, pretende-se investir na implementação de processos eletrônicos, tornando as demandas cada vez mais rápidas, e as ações públicas mais eficazes ao cumprimento da missão institucional da Secretaria.

Outro avanço importante na gestão de contratos e convênios tem relação com as prestações de contas dos ajustes celebrados. A prestação de contas é o instrumento que permite acompanhar e fiscalizar os atos e despesas realizados pelos gestores públicos. Promove a transparência dos atos administrativos que, como sabido, devem sempre se pautar pela legalidade, pela impessoalidade, pela moralidade, pela eficiência e pela publicidade, nos termos da Constituição Federal Brasileira.

Gestão orçamentária e financeira - a Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2017, conforme se verifica no quadro a seguir:



Regimento Interno: o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal foi elaborado, submetido à SEPLAG e está em consonância com o disposto no Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 36.334, de 28 de janeiro de 2015, que altera a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDHS. É um documento estruturante para a instituição e uma conquista histórica para a Secretaria, que a última vez que contou com esta norma formalizada foi em 2007.

O Decreto Nº 38.362, de 26 de julho de 2017, publicado no DODF nº 143 de 27 de julho de 2017, aprovou o Regimento Interno da SEDESTMIDH, cuja estrutura administrativa foi alterada através dos decretos nº38.398, de 09 de agosto, publicado no DODF nº 153, de 10 de agosto e do decreto nº 38.747, publicado no DODF nº 245 de 26 de dezembro de 2017.

Programa de Gestão do Clima Organizacional: a Secretaria instituiu um Comitê Gestor e o Programa de Gestão do Clima Organizacional, para aperfeiçoar a política de gestão de pessoas, promover a gestão do clima organizacional, e fortalecer e unificar valores organizacionais, especialmente em razão da fusão e reestruturação das Secretarias.

Tecnologia da informação: a área de tecnologia da informação da SEDESTMIDH atende 1800 servidores com 1600 computadores em aproximadamente 100 unidades distribuídas nas 31 regiões administrativas, no período de 2016 a 2017 alcançou avanços bastante significativos, o que repercutiu positivamente no funcionamento geral do órgão e na vida do trabalhador.

Ações realizadas em 2017:

- SEI: configuração, treinamento e implantação;
- Serviços de suporte técnico para todas as unidades externas: manutenção dos computadores e suporte a usuários.
- SIDS - Sistema Integrado de Desenvolvimento Social em fase de realização da padronização de conceitos e mapeamento de processos;
- Instalação de internet e de 10 computadores na sala de treinamento da Secretaria, localizada no Guará, para realização de eventos e capacitação dos servidores.
- Instalação/mudança de novas unidades (circuito de dados):
 - ✓ Praça CEU das Artes Ceilândia – Entregue e funcionando;
 - ✓ GTEC – Guará – entregue e funcionando;
 - ✓ Centro de Convivência do Idoso – São Sebastião – entregue e funcionando;
 - ✓ Casa Lar Guará – entregue e funcionando;
 - ✓ Casa Lar M Norte – entregue e funcionando;
 - ✓ Casa Lar Recanto das Emas – entregue e funcionando;

[Assinatura]

- ✓ Casa da Mulher Brasileira- a unidade possui problemas estruturais, mas está funcionando;
- ✓ CREAS Samambaia – entregue e funcionando;
- ✓ CRAS Samambaia – entregue e funcionando;
- ✓ As unidades da Gerência de Transporte, UNACAS, CRAS Estrutural, CREAS Estrutural, COSE Estrutural, CRAS Psul foram tiveram as suas redes integradas a GDFNET (fibra ótica)
- ✓ CREAS ESTRUTURAL – entregue e funcionando;
- ✓ COSE ESTRUTURAL – o local está adaptado para a realização do cadastro do bolsa família desde agosto/2016.
- ✓ CRAS APAROANGA - mudança do CRAS BURITIS IV para este novo local, com instalação de rede, elétrica, internet, computadores e impressoras.
- ✓ **Circuito de Dados** – aumento de velocidade de 2 GB para 4 GB
 - ❖ CRAS Brasília/CREAS Brasília
 - ❖ CRAS Santa Maria e COSE Santa Maria
 - ❖ CRAS RIACHO FUNDO I e COSE RIACHO FUNDO I
 - ❖ CRAS SAMAMBAIA EXPANSÃO
 - ❖ CRAS SAMAMBAIA
 - ❖ CRAS CEILÂNDIA SUL e COSE CEILÂNDIA SUL
 - ❖ CRAS SOBRADINHO, CREAS SOBRADINHO e COSE SOBRADINHO
 - ❖ CRAS PLANALTINA, CREAS e COSE PLANALTINA
 - ❖ CRAS P SUL
 - ❖ CRAS GAMA e CREAS GAMA
 - ❖ CREAS TAGUATINGA e CASA DA MULHER
 - ❖ CRAS AREAL e UNAF AREAL
 - ❖ Subsecretaria de Segurança Nutricional e Alimentar – SEDE/SIA
- ✓ **Instalação/mudança de novas unidades (circuito de dados)**
 - ❖ CRAS Estrutural – reinaugurado.
 - ❖ CREPOP Brasília – reforma da infraestrutura de rede.
 - ❖ CREPOP Taguatinga – reforma da infraestrutura de rede.
 - ❖ UNAC Taguatinga – reforma na infraestrutura de rede.
 - ❖ FÁBRICA SOCIAL – laboratórios preparados para cursos
 - ❖ Praça CEU das Artes QNM 28 Ceilândia – instalada internet
 - ❖ GTEC – Guará – concluído e sala de treinamento pronta
 - ❖ Centro de Convivência do Idoso – São Sebastião – concluído.
 - ❖ Casa Abrigo – mudança concluída.
 - ❖ Casa Lar Guará – concluído
 - ❖ Casa Lar M Norte – concluído
 - ❖ Casa Lar Recanto das Emas – concluído
 - ❖ CREAS Samambaia – mudança e ações com a população local

Processos de aquisição de TI:

- Aquisição de 520 computadores para melhoria no atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social. Previsão de entrega: abril/2018;
- Aquisição de 80 switches para melhoria no atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social. Previsão de entrega: janeiro/2018;
- Novo contrato de Outsourcing de impressão com o fornecimento de 186 impressoras para atendimento de todas as unidades da SEDESTMIDH. Previsão de implantação: janeiro-março/2018;

Plano de Formação e Educação Permanente: as atividades desenvolvidas referentes ao Plano de Formação e Educação Permanente 2017-2018, aprovado pela Portaria nº. 187, de 17 de agosto de 2017, publicado no DODF nº 160 de 21 de agosto de 2017.

O Plano foi construído com base em vários documentos e ações:

- Análise dos registros de Avaliação de Desempenho dos servidores de 2015 e do Diagnóstico do DF;

- Preenchimento de questionário online para os servidores sobre necessidades de qualificação;
- Roda de Conversa sobre Formação e Educação Permanente;
- Conversa com gestores sobre as informações levantadas;
- Proposta de Plano de Ação: Formação e Educação Permanente.

O Plano foi dividido em áreas temáticas para o melhor desenvolvimento das ações:

- Violência;
- Gestão e Governança;
- Política Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social, Redes Intersetoriais (PNAS, SUAS, Redes Intersetoriais);
- Criança e Adolescente;
- Mediação de Conflitos;
- Idoso;
- Métodos de Trabalho;
- Outros temas: Informática; Novas ferramentas e tecnologias sociais; Metodologias de trabalho; Temas transversais associados à vulnerabilidade social; Línguas; e Políticas voltadas às pessoas com deficiência.

Foram realizadas parcerias com algumas unidades da SEDESTMIDH e com a Escola de Governo/EGOV para o planejamento de ações que englobasse assuntos relacionados a essas áreas.

Dentre a parceria com a Escola de Governo, a SEDESTMIDH ofereceu três turmas de formação para os gestores:

- Curso de Formação de Gerentes, de 56 h/a: uma turma com 31 servidores capacitados;
- Curso de Formação de Diretores, de 20 h/a: uma turma com 28 servidores capacitados;
- Curso de Formação de Coordenadores, de 24 h/a: uma turma com 31 servidores capacitados.

Os cursos tiveram por objetivo instrumentalizar os gestores e demais servidores interessados, para atuarem de forma alinhada ao planejamento estratégico da SEDESTMIDH, reconhecendo os instrumentos legais da Administração Pública, além dos aspectos conceituais das diversas políticas sob a gestão da Secretaria. Além disso, possibilitou a troca de saberes e o acesso ao conhecimento atualizado sobre temas indispensáveis à gestão eficiente e eficaz desta Secretaria.

Foi publicada, também, a Portaria nº. 79, de 13 de abril de 2017, institui diretrizes de formação e educação permanente para qualificação dos serviços, programas e projetos da SEDESTMIDH. Nela foi criado o Fórum de Formação e Educação Permanente, um espaço de discussão, participação e cooperação, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários, controle social, instituições de ensino, pesquisa e extensão e rede intersetorial, nas atividades e decisões relativas à implementação das diretrizes de formação e educação permanente.

O Fórum de Formação e Educação Permanente para o Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, será composto pelas seguintes representações:

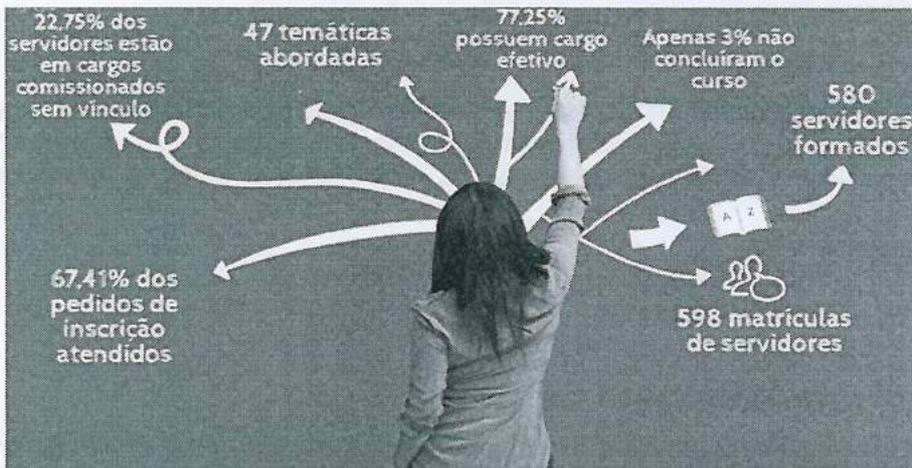
- I - Assessoria Especial do Gabinete;
- II - Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS;
- III - Secretaria Adjunta do Trabalho - SEATRAB;
- IV - Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial - SAMIDH;
- V - Subsecretaria de Administração Geral - SUAG;
- VI - Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP;
- VII - Subsecretaria de Gestão da Informação, Formação, Parcerias e Redes - SUGIP;

VIII - Fórum dos Trabalhadores;

IX - Conselhos vinculados à SEDESTMIDH;

X - Fórum dos usuários dos serviços da SEDESTMIDH.

Formação e Educação Permanente 2017 SEDESTMIDH



Dados Gerais

As ações de educação voltadas para as diversas competências foram direcionadas por meio do Plano de Formação e Educação Permanente para todos os servidores. Os cursos têm como objetivo instrumentalizar os servidores para atuar de forma alinhada ao planejamento estratégico da Secretaria, reconhecendo os instrumentos legais da Administração Pública, além dos aspectos das diversas políticas que integram a Secretaria. É uma ação que se dá em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal.

99 turmas



Foram 598 matrículas efetuadas para participar de 99 turmas sobre as diversas temáticas como: Operacionalização do Cadastro Único, Gestão e Fiscalização de Contratos, Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, Elaboração de projeto básico e termo de referência dentre outras.



1565 horas/aula

O total de horas de todos os cursos. Os cursos foram distribuídos em 47 temáticas relacionados à Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e temas gerais da Administração Pública.



Números

A SUGIP, em parceria com a Escola de Governo (EGOV), emitiu 580 certificados. Além disso, essa parceria aperfeiçoou a qualidade das formações, oferecendo 47 cursos relacionados a demanda do Plano de Formação e Educação Permanente da SEDESTMIDH. A proporção de servidores efetivos que fizeram o curso cresceu em relação aos cursos de gestores de 2016.

SEDESTMIDH

Dando continuidade às ações voltadas a aprimorar a habilidade de gestão dos profissionais, que atuam em cargos de direção, chefia e assessoramento, a Secretaria, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal vai oferecer em 2018, mais turmas para a formação dos gestores e as seguintes formações:

- Comunidade de Práticas – Idosos;
- Metodologia de intervenção por meio da história de vida: compreender o passado para construir projetos para o futuro;
- Desenvolvimento de competências comportamentais para gestores da SEDESTMIDH

A Secretaria já iniciou processo para contratação de empresas para oferecerem as seguintes formações, conforme Plano de Formação e Educação Permanente:

- Metodologias participativas;
- Contratação de instituição especializada a desenvolver trabalhos de formação para a execução do Plano de Formação e Educação Permanente: Consultores para as comunidades de práticas; Palestrantes para os encontros de educação permanentes; Palestrantes para o seminário de práticas;
- Curso Comunicação não Violenta;
- Supervisão.

Organização das informações dos Órgãos Colegiados

Para organizar, dar suporte ao funcionamento e valorizar a atuação dos órgãos colegiados, foi criada uma Unidade de Órgãos Colegiados, vinculada ao Gabinete do Secretário e está sendo implantado sistema *online*, para organizar as informações desses órgãos, que estarão disponíveis na *internet*.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria continuou enfrentando em 2017, dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

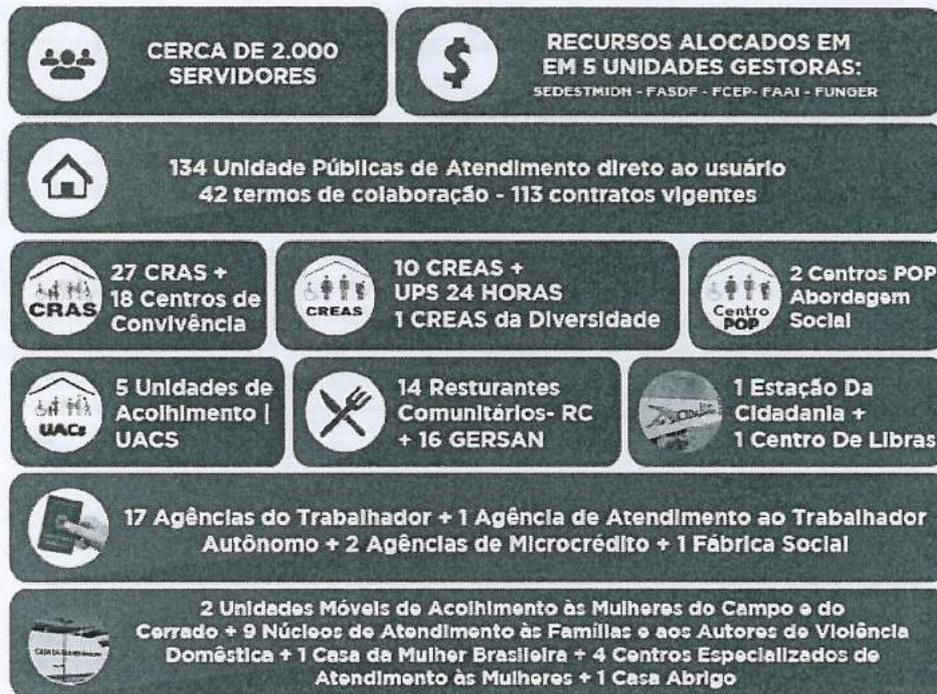
Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;

- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhares, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outras ações.

Ao longo de 2017, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2017, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adocimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);

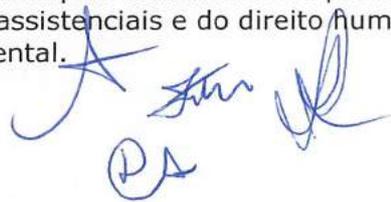
[Handwritten signatures in blue ink]

- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'PA' in a circle.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do Titular da Unidade Orçamentária:

Nome: Ilda Ribeiro Peliz

Telefone: 3348-3513 e-mail da Instituição: ilda.peliz@sedestmidh.df.

Matrícula: 272.123-6

Assinatura: _____

Responsáveis pela elaboração:

Nome: Fátima Cristina Vieira Rodrigues Mathuivy

Telefone: (61) 3403-4904 e-mail: agendagabsamidh@sedestmidh.df.gov.br

() Agente de Planejamento

(x) Outro Servidor

Matrícula: 272.152- x

Assinatura: _____

Nome: Kariny Geralda Alves Veiga

Telefone: (61) 3348-3590

e-mail: kariny.alves@sedestmidh.df.gov.br

(X) Agente de Planejamento

() Outro Servidor

Matrícula: 176.847-6

Assinatura: _____

Nome: Luciana Oliveira de Freitas Neres

Telefone: (61) 3255-3759

e-mail: luciana.neres@sedestmidh.df.gov.br

(X) Agente de Planejamento

() Outro Servidor

Matrícula: 174.895-5

Assinatura: _____

Nome: Márcia Bittencourt Coelho

Telefone: (61) 3348.3600

e-mail: mbittencourt@sedestmidh.df.gov.br

(X) Agente de Planejamento

() Outro Servidor

Matrícula: 174.493-3

Assinatura: _____

